

HISTÓRIA COMPARADA

IMPÉRIOS - VOLUME 14

Globalização, ordem unipolar e impérios em rede

Intervenções, finanças, tecnologia e novas rivalidades

Planeta conectado - território, mercado, infraestrutura, dado e rivalidade

Planeta conectado (c. 1991-2026) | Edição Definitiva 2026

Texto original com referências acadêmicas, fontes
digitais e roteiro de estudo

Leonel Edmundo Junior

Apresentação

Em 1991, a dissolução da União Soviética encerrou a arquitetura bipolar que organizara grande parte da política mundial desde o pós-guerra. Os Estados Unidos ficaram sem competidor militar de escala equivalente, a Organização do Tratado do Atlântico Norte permaneceu ativa, a integração europeia se aprofundou e mercados, cadeias produtivas e redes digitais atravessaram fronteiras com intensidade inédita. Por algum tempo, esse conjunto foi descrito como uma ordem unipolar destinada a ampliar democracia, comércio e instituições liberais.

O período de 1991 a 2026 não confirmou uma trajetória simples. Intervenções realizadas em nome da segurança, da proteção de civis ou do combate ao terrorismo tiveram resultados diferentes e frequentemente controversos. A China tornou-se centro industrial, comercial e tecnológico; a Rússia recuperou capacidade de contestação regional; Índia, Brasil, Turquia, Arábia Saudita, África do Sul, Indonésia e outros Estados buscaram maior margem de decisão. BRICS, G20, organizações regionais e coalizões flexíveis passaram a coexistir com instituições criadas no século XX.

Globalização não significou desaparecimento do território. Portos, estreitos, bases, cabos submarinos, satélites, data centers, semicondutores, sistemas de pagamento, plataformas digitais e minerais críticos tornaram-se infraestruturas de poder. Uma empresa podia administrar comunicação de bilhões de pessoas; uma norma europeia podia afetar produtos mundiais; uma sanção financeira podia atravessar bancos de várias jurisdições; uma interrupção logística podia alcançar fábricas distantes. O império em rede não é um Estado mundial: é uma forma de hierarquia produzida por dependências concentradas e regras que se projetam além da fronteira.

O volume estuda guerras, repressão, deslocamentos e crises humanitárias de maneira histórica, sóbria e não gráfica. Responsabilidades são atribuídas a governos, organizações, comandos e decisões documentáveis, sem culpa coletiva sobre povos ou culturas. Conflitos ainda abertos são apresentados como processos em curso, com fontes datadas e conclusões provisórias.

Autoria, pesquisa e uso editorial

Texto, organização e edição: Leonel Edmundo Junior. Pesquisa histórica baseada na bibliografia indicada. Apoio de pesquisa e redação: inteligência artificial. Esta é uma síntese original e autoral preparada para a coleção Impérios. Pode ser adaptada para blog, material didático, roteiro, vídeo ou podcast, desde que sejam preservadas a autoria, as referências utilizadas e os créditos ou licenças de imagens acrescentadas. O texto não reproduz capítulos, traduções integrais nem trechos extensos de obras protegidas.

Pergunta central

Como a ordem internacional passou do momento unipolar dos anos 1990 a uma configuração mais fragmentada, na qual território, finanças, infraestrutura, tecnologia, energia e legitimidade produzem formas sobrepostas de poder?

Como usar este volume

Os capítulos combinam cronologia e comparação. Cada um identifica atores, instituições, recursos, contestação e escalas; inclui uma tabela, um quadro de mito versus evidência e leituras-base. Os apêndices oferecem cronologia conectada, instantâneos de coexistência, matrizes comparativas, glossário, laboratório de fontes e roteiro para publicação em blog.

O recorte termina em 11 de agosto de 2026. Acontecimentos posteriores podem alterar processos ainda abertos. Por isso, o texto distingue fatos consolidados, interpretações debatidas e processos em curso. Dados econômicos, demográficos, militares e humanitários são acompanhados de instituição, data de referência e cautela metodológica.

Convenções

1. Ordem unipolar descreve distribuição excepcional de capacidades, não controle norte-americano de todos os resultados.
2. Globalização designa aumento de fluxos e interdependências; não significa integração uniforme nem fim das fronteiras.
3. Império em rede é hipótese comparativa para infraestrutura e regras concentradas; não equivale automaticamente a colônia formal.
4. Intervenção distingue autorização jurídica, coalizão, objetivo declarado, execução e consequência.
5. Multipolaridade pode indicar distribuição de capacidades sem garantir equilíbrio, estabilidade ou igualdade.
6. Guerra ao Terror é tratada como categoria histórica e política, não como explicação universal de conflitos.
7. Plataforma, dado, algoritmo e semicondutor são instituições materiais: dependem de energia, trabalho, propriedade e território.
8. Conflitos em andamento serão descritos com linguagem informativa, sem detalhes gráficos e sem transformar alegações disputadas em fatos encerrados.

Sumário

Apresentação.....	2
Mapa dos 14 volumes da coleção.....	4
1. Evidências e conceitos para uma ordem em transformação.....	5
2. 1991 e o momento unipolar.....	6
3. Globalização econômica e instituições de mercado.....	8
4. Estados Unidos, alianças e projeção mundial.....	10
5. União Europeia: integração, ampliação e fronteiras.....	12
6. Rússia pós-soviética: reconstrução estatal e contestação.....	14
7. China: ascensão industrial, infraestrutura e poder tecnológico.....	16
8. Intervensões, proteção de civis e soberania.....	18
9. Guerra ao Terror, Afeganistão e Iraque.....	20
10. Oriente Médio e norte da África: revoltas, guerras e ordens regionais.....	22
11. Crises financeiras, dívida e fragmentação geoeconômica.....	24
12. BRICS, G20 e projetos do Sul global.....	26
13. África: soberania, recursos, cidades e novas parcerias.....	28
14. América Latina e Caribe: democracia, commodities e autonomia.....	30
15. Plataformas, dados, inteligência artificial e semicondutores.....	32
16. Clima, energia, minerais críticos e infraestrutura.....	34
17. De 2014 a 2026: rivalidades, guerras e uma ordem ainda aberta.....	36
Apêndice A. Cronologia analítica.....	38
Apêndice B. Quadros de coexistência.....	43
Apêndice C. Matrizes comparativas.....	45
Apêndice D. Glossário essencial.....	47

Apêndice E. Laboratório de fontes e atividades.....	52
Bibliografia comentada.....	54
Fontes digitais, cursos, aulas e documentários sérios.....	58
Roteiro de estudo em oito semanas.....	62
Encerramento da coleção principal.....	63

Mapa dos 14 volumes da coleção

A coleção principal percorre mais de quatro milênios de história imperial. Os recortes abaixo são pontos de observação comparativa: processos atravessam as fronteiras entre volumes e, quando necessário, os livros se sobrepõem deliberadamente.

Volume	Recorte	Função no percurso da coleção
1	Fundamentos	Como surgem, funcionam e se transformam: método comparativo, poder, administração, economia, legitimidade, resistência e transformação.
2	c. 2350-539 a.C.	Primeiros impérios da Antiguidade: Mesopotâmia, Egito, Anatólia e Levante.
3	c. 559-30 a.C.	Da Pérsia aos reinos helenísticos: Aquemênidas, Alexandre, sucessores e conexões mediterrânicas e asiáticas.
4	c. 30 a.C.-300 d.C.	Roma, Pártia, Han e Cuchana: impérios conectados entre Mediterrâneo, Irã, Índia e China.
5	c. 224-650	Roma tardia, Sassânidas, Guptas e confederações das estepes: transformação da ordem antiga.
6	c. 600-1000	Califados, Bizâncio, Tang e novas formações imperiais: universalidades, fragmentação e redes.
7	c. 1000-1300	Song, sultanatos, cruzadas e expansão mongol: muitos centros e conexões afro-eurasiáticas, com comparação americana.
8	c. 1300-1500	Da fragmentação mongol às novas potências: epidemias, redes globais e recomposição política.
9	c. 1500-1700	Conexões oceânicas e impérios da primeira modernidade: conquista, comércio, trabalho forçado e resistência.
10	c. 1700-1850	Impérios, revoluções, industrialização e novas colonizações: reformas, emancipações e transformação do trabalho.
11	c. 1850-1914	Industrialização, nacionalismos e imperialismo de alta intensidade: conquistas, migrações e resistências.
12	c. 1914-1945	Guerras mundiais, revoluções e crise dos impérios: fascismos, colonialismos e autodeterminação.
13	c. 1945-1991	Descolonização, Guerra Fria e novos imperialismos: superpotências, revoluções e soberanias incompletas.
14	c. 1991-2026	Globalização, ordem unipolar e impérios em rede: intervenções, finanças, tecnologia e novas rivalidades.

Nota de periodização: os limites entre volumes não são “paredes” cronológicas. Sobreposições preservam continuidade quando uma transformação pertence simultaneamente ao encerramento de uma ordem e à formação de outra.

1. Evidências e conceitos para uma ordem em transformação

1.1 Um período muito próximo

Estudar 1991-2026 exige combinar arquivos já abertos com documentos ainda restritos, bancos de dados continuamente revisados, registros digitais frágeis e testemunhos de atores vivos. Governos publicam tratados, orçamentos e estratégias, mas decisões informais podem permanecer ocultas. Empresas controlam plataformas e dados de interesse público, enquanto termos de uso e sistemas mudam rapidamente.

A proximidade não elimina método histórico. Ao contrário, torna indispensável registrar a data de acesso, distinguir informação preliminar de série consolidada e comparar fontes produzidas por instituições com interesses diferentes. Uma coletiva de imprensa demonstra o que um governo afirmou; não prova, sozinha, o que conseguiu realizar.

1.2 Poder como capacidade relacional

Poder não é apenas quantidade de armas ou tamanho do produto interno. É capacidade de alterar escolhas de outros atores. Pode operar por atração, regra, crédito, dependência tecnológica, ameaça, recompensa, controle logístico ou produção de categorias legítimas. A mesma relação pode combinar consentimento e coerção.

Estados continuam centrais porque tributam, regulam, reconhecem cidadania e comandam forças. Entretanto, bancos centrais, tribunais, empresas, fundos, plataformas, organizações internacionais, cidades e movimentos sociais também moldam resultados. O método precisa seguir a relação concreta, não pressupor um único centro.

1.3 Ordem unipolar, hegemonia e império

Unipolaridade descreve uma distribuição de capacidades na qual uma potência não encontra rival equivalente. Hegemonia acrescenta a capacidade de liderar instituições e obter cooperação. Império indica hierarquia política, territorial ou funcional, formal ou informal. Os conceitos podem se cruzar sem serem sinônimos.

Chamar toda influência de império torna a categoria imprecisa. A análise deve identificar quem define a regra, por qual infraestrutura, com que alternativa para os demais e sob qual possibilidade de contestação. Uma base militar, um padrão técnico e uma moeda internacional produzem dependências diferentes.

1.4 Redes não eliminam geografia

Cabos submarinos chegam a pontos costeiros; nuvens computacionais dependem de data centers; satélites exigem estações, espectro e lançadores; pagamentos atravessam bancos sujeitos a jurisdição. Redes aparentam circular livremente porque sua base material permanece fora de vista. Mapear nós, rotas, proprietários e regras revela a geografia do poder.

1.5 Escalas e causalidade

Uma crise pode começar numa decisão doméstica, atravessar mercado global e retornar como restrição fiscal. Uma guerra regional pode alterar energia, alimentos, migração e alianças. Conexão não significa causa única. A explicação deve separar condição, mecanismo, decisão, consequência e efeito não planejado.

Fonte	O que mostra	Límite	Pergunta de crítica
Tratado e lei	Regra formal e competência	Aplicação pode divergir	Quem fiscaliza e sanciona?
Orçamento e dado	Prioridade e capacidade medida	Categoria e método mudam	Série é comparável no tempo?
Documento empresarial	Estratégia e governança privada	Interesse e segredo	Qual obrigação pública existe?

Fonte	O que mostra	Limite	Pergunta de crítica
Imagem e postagem	Linguagem, circulação e mobilização	Edição e contexto frágeis	Origem e audiência são verificáveis?
Relato e entrevista	Experiência e percepção	Memória e posição	Que outra evidência contextualiza?

MITO VERSUS EVIDÊNCIA

Mito: redes digitais tornaram território irrelevante. Evidência: cabos, centros de dados, energia, chips, jurisdição e trabalho mostram que a conectividade depende de lugares e instituições específicas.

Leituras-base do capítulo

Susan Strange, *The Retreat of the State*; Saskia Sassen, *Territory, Authority, Rights*; Manuel Castells, *The Rise of the Network Society*; Daniel W. Drezner, Henry Farrell e Abraham L. Newman, *The Uses and Abuses of Weaponized Interdependence*; Michel-Rolph Trouillot, *Silencing the Past*.

2. 1991 e o momento unipolar**2.1 Dissolução soviética e sucessão**

Em dezembro de 1991, a União Soviética deixou de existir e quinze repúblicas tornaram-se Estados independentes. A Federação Russa assumiu o assento soviético permanente no Conselho de Segurança da ONU e grande parte das obrigações internacionais. Fronteiras administrativas adquiriram significado interestatal, enquanto economias, ferrovias, energia, forças e populações permaneciam interligadas.

A mudança foi simultaneamente jurídica, econômica e social. Privatização acelerada, crise fiscal e queda produtiva redistribuíram propriedade e autoridade. Em várias repúblicas, a construção estatal conviveu com disputas de território, cidadania e língua.

2.2 Superioridade norte-americana

Os Estados Unidos concentravam alcance militar global, alianças, moeda internacional, mercados financeiros, universidades, empresas e indústria cultural. A Guerra do Golfo de 1991 demonstrou capacidade de organizar coalizão ampla sob autorização do Conselho de Segurança e de projetar força a grande distância.

Superioridade não significava liberdade ilimitada. Coalizões dependiam de bases, financiamento, legitimidade e parceiros regionais. O poder de definir agendas coexistia com dificuldades para produzir ordens políticas duradouras.

2.3 Democracia e mercado como horizonte

Transições políticas na Europa oriental, América Latina, África e partes da Ásia fortaleceram a expectativa de expansão democrática. Privatização, abertura comercial e disciplina fiscal foram apresentadas como caminho de modernização. Resultados variaram conforme instituições, sequenciamento, estrutura produtiva e distribuição de custos.

O termo “fim da história” tornou-se símbolo de um clima intelectual, não descrição literal de ausência de conflitos. Nacionalismos, religião, desigualdade e disputas territoriais permaneceram ativos.

2.4 Novos Estados e conflitos de sucessão

Iugoslávia se desintegrou em guerras, negociações e sucessões internacionais. Tchecoslováquia separou-se de forma negociada. Eritreia tornou-se independente da Etiópia em 1993; Timor-Leste alcançaria independência em 2002. O pós-1991 multiplicou soberanias sem padronizar os caminhos de formação estatal.

2.5 ONU ativa e limites institucionais

Com menor bloqueio entre superpotências, o Conselho de Segurança autorizou mais operações. Missões passaram a combinar observação, ajuda, eleições, administração transitória e proteção. Falhas em prevenir crises e desacordos sobre mandatos mostraram que ativismo institucional dependia de recursos e vontade dos membros.

Dimensão	Vantagem dos EUA	Dependência	Límite revelado
Militar	Alcance e tecnologia	Base, aliado e logística	Vitória militar não cria governo estável
Financeira	Dólar e mercado profundo	Confiança e instituições	Crises propagam custos
Institucional	Peso em alianças e organismos	Negociação entre membros	Legitimidade pode ser contestada
Cultural	Mídia, universidade e consumo	Tradução e recepção local	Atração não produz obediência

MITO VERSUS EVIDÊNCIA

Mito: 1991 criou um governo mundial norte-americano. Evidência: a assimetria era excepcional, mas decisões continuaram dependendo de aliados, instituições, administrações locais e resultados econômicos.

Leituras-base do capítulo

Charles Krauthammer, *The Unipolar Moment*; G. John Ikenberry, *After Victory*; Mary Elise Sarotte, *Not One Inch*; Serhii Plokhy, *The Last Empire*; Tony Judt, *Postwar*.

3. Globalização econômica e instituições de mercado

3.1 Da abertura à hiperglobalização

Nos anos 1990 e 2000, tarifas diminuíram, contêineres e telecomunicações reduziram custos, empresas distribuíram produção entre países e fluxos financeiros cresceram. A Organização Mundial do Comércio, criada em 1995, ampliou regras e solução de controvérsias. A entrada da China em 2001 integrou uma força industrial gigantesca ao sistema.

Globalização não foi processo espontâneo. Tratados, portos, padrões, seguros, bancos, legislação e políticas industriais construíram os mercados. Estados abriram setores seletivamente e preservaram capacidades diferentes.

3.2 Cadeias globais de valor

Um produto passou a reunir projeto, componentes, montagem, software, marca e financiamento distribuídos por várias jurisdições. O valor não se dividia igualmente: propriedade intelectual, plataformas, logística e acesso ao consumidor concentravam renda. Países podiam aumentar exportações sem dominar tecnologia ou marcas.

3.3 Consenso de Washington e reformas

A expressão reuniu recomendações de disciplina fiscal, liberalização, privatização e segurança jurídica. Aplicações variaram. Em alguns casos, estabilização reduziu inflação e ampliou investimento; em outros, privatização opaca, abertura abrupta e proteção social insuficiente aprofundaram perdas. O resultado dependia de capacidade estatal e estrutura produtiva.

3.4 Trabalho, migração e desigualdade

Empresas deslocaram etapas produtivas, enquanto trabalhadores enfrentaram competição e adaptação. Economias asiáticas aproveitaram comércio com investimento em educação, infraestrutura e indústria. Outras regiões permaneceram dependentes de commodities ou serviços de baixa produtividade. Ganhos globais coexistiram com desigualdades internas e territoriais.

3.5 Reação e fragmentação

A crise de 2008, disputas distributivas, segurança de cadeias e rivalidade tecnológica estimularam políticas industriais e restrições comerciais. A década de 2020 não encerrou o comércio, mas tornou eficiência, resiliência e segurança objetivos concorrentes.

Mecanismo	Promessa	Assimetria possível	Evidência necessária
Livre comércio	Escala e preços menores	Desindustrialização localizada	Emprego, produtividade e valor agregado
Investimento externo	Capital e tecnologia	Lucro remetido e enclave	Contrato, encadeamento e imposto
Propriedade intelectual	Incentivo à inovação	Renda concentrada	Patente, licença e capacidade local
Cadeia global	Especialização eficiente	Dependência de gargalo	Origem, fornecedor e alternativa

MITO VERSUS EVIDÊNCIA

Mito: globalização retirou o Estado da economia. Evidência: tratados, política monetária, infraestrutura, proteção de propriedade e gestão de crises dependeram intensamente de decisões estatais.

Leituras-base do capítulo

Dani Rodrik, The Globalization Paradox; Gary Gereffi, Global Value Chains and Development; Richard Baldwin, The Great Convergence; Quinn Slobodian, Globalists; Branko Milanovic, Global Inequality.

4. Estados Unidos, alianças e projeção mundial

4.1 Um sistema de alianças sobrevivente

Ao contrário de alianças anteriores que desapareceram com seus adversários, a OTAN permaneceu depois de 1991. A organização incorporou antigos membros do Pacto de Varsóvia e repúblicas bálticas, participou de operações fora da área original e adaptou doutrinas. No Indo-Pacífico, tratados bilaterais com Japão, Coreia do Sul, Austrália e Filipinas continuaram centrais.

Alianças fornecem acesso, interoperabilidade e previsibilidade, mas também geram debates sobre custos, autonomia e risco de envolvimento. Membros menores não são peças passivas: condicionam bases, contribuições e prioridades.

4.2 Bases, comandos e logística

Comandos regionais, frotas, transporte aéreo, inteligência e acordos de acesso sustentam presença mundial. O alcance depende de portos, pistas, depósitos, comunicação, aliados e orçamento. Infraestrutura militar forma uma geografia que não aparece em mapas políticos comuns.

4.3 Dólar, sanções e jurisdição

O papel do dólar, a centralidade de mercados e bancos norte-americanos e o alcance de normas financeiras permitem impor custos além do território. Sanções podem congelar ativos, restringir tecnologia e dificultar transações. Sua eficácia varia com coalizão, objetivo, evasão, tempo e efeitos sobre populações.

4.4 Tecnologia e padrões

Universidades, capital de risco, compras públicas, empresas de software e semicondutores formaram ecossistema inovador. Controle de componentes, propriedade intelectual e serviços digitais acrescentou instrumentos de poder. Ao mesmo tempo, produção mundial e talentos estrangeiros tornaram o sistema interdependente.

4.5 Polarização interna e continuidade externa

Mudanças partidárias alteraram linguagem, acordos e prioridades, mas alianças, bases e capacidade financeira mostraram continuidade. Crises domésticas, desigualdade e disputa sobre custos externos limitaram consensos. A política mundial dos Estados Unidos resulta da tensão entre instituições duráveis e coalizões eleitorais mutáveis.

Pilar	Recurso	Parceiro necessário	Contestação
Aliança	Tratado e comando	Governo e forças locais	Autonomia e custos
Moeda	Mercado e liquidez	Bancos e confiança	Diversificação e sanções
Tecnologia	Pesquisa, patente e empresa	Cadeia internacional	Controle e concorrência
Legitimidade	Instituição e narrativa	Coalizão diplomática	Duplo padrão percebido

MITO VERSUS EVIDÊNCIA

Mito: aliados obedecem automaticamente a Washington. Evidência: negociações sobre bases, comércio, guerras e tecnologia mostram convergência desigual, barganha e recusas seletivas.

Leituras-base do capítulo

G. John Ikenberry, Liberal Leviathan; Carla Norrlof, America's Global Advantage; Alexander Cooley e Daniel Nexon, Exit from Hegemony; David Vine, Base Nation; Henry Farrell e Abraham Newman, Underground Empire.

5. União Europeia: integração, ampliação e fronteiras

5.1 Maastricht e soberania compartilhada

O Tratado de Maastricht transformou a Comunidade Europeia em União Europeia e aprofundou coordenação política, cidadania e união monetária. O euro criou moeda comum sem formar Estado federal pleno. Política monetária centralizada passou a coexistir com orçamentos nacionais, produzindo capacidade e tensão.

5.2 Ampliação para leste

Em 2004, dez países ingressaram; Bulgária e Romênia aderiram em 2007 e Croácia em 2013. A ampliação consolidou mercado e normas, apoiou transformações institucionais e deslocou a fronteira da União. Diferenças de renda, migração, Estado de direito e segurança permaneceram temas de disputa.

5.3 Poder regulatório

O tamanho do mercado europeu permite que normas sobre concorrência, privacidade, ambiente e produtos afetem empresas globais. Esse “efeito Bruxelas” depende de acesso desejado ao mercado, capacidade de fiscalização e dificuldade de manter versões separadas de um produto.

5.4 Crise do euro, austeridade e solidariedade

Depois de 2008, dívidas e bancos revelaram fragilidades da união monetária. Credores, instituições europeias e governos negociaram programas com grandes efeitos sociais e políticos. Instrumentos posteriores ampliaram supervisão, fundos e capacidade de resposta, sem eliminar divergências entre economias.

5.5 Brexit, migração e fronteira externa

O Reino Unido deixou a União em 2020 após referendo. A saída mostrou que integração é reversível, embora gere custos e renegociação complexa. Controles de fronteira, acordos com países vizinhos e políticas de asilo revelam que livre circulação interna pode depender de fronteira externa mais administrada.

5.6 Segurança depois de 2022

A invasão russa em grande escala da Ucrânia alterou energia, defesa, sanções e debate sobre ampliação. A União financiou apoio, recebeu deslocados e buscou reduzir dependências. Sua força econômica aumentou, mas defesa continuou ligada à OTAN e às capacidades nacionais.

Instrumento	Poder produzido	Dependência	Límite
Mercado único	Regra de acesso	Empresas e Estados membros	Fiscalização desigual
Euro	Escala monetária	Banco central e políticas fiscais	União política incompleta
Ampliação	Transformação por adesão	Incentivo crível	Fadiga e veto
Sanção	Pressão econômica coordenada	Coalizão e substituição	Custos recíprocos

MITO VERSUS EVIDÊNCIA

Mito: a União Europeia dissolveu soberanias nacionais. Evidência: competências são compartilhadas de modo desigual, e governos continuam decisivos em orçamento, defesa, cidadania e tratados.

Leituras-base do capítulo

Desmond Dinan, Europe Recast; Mark Gilbert, European Integration; Anu Bradford, The Brussels Effect; Helen Thompson, Disorder; Luuk van Middelaar, The Passage to Europe.

6. Rússia pós-soviética: reconstrução estatal e contestação

6.1 Reforma econômica e concentração de propriedade

Nos anos 1990, liberalização rápida, privatização e crise fiscal transformaram a antiga economia soviética. Alguns empresários adquiriram ativos estratégicos em condições pouco transparentes, enquanto o Estado perdeu capacidade de arrecadação e coordenação. A transição criou mercados, mas também forte concentração de propriedade e insegurança social.

A Federação Russa manteve arsenal, assento permanente no Conselho de Segurança, ciência e território continental, porém enfrentou queda de capacidade. A recuperação dos anos 2000 combinou preços de energia, centralização administrativa e controle político crescente.

6.2 Centro federal e regiões

O governo reconstruiu autoridade sobre governadores, impostos, mídia e grandes empresas. Conflitos no Cáucaso foram incorporados a um projeto de recentralização. A federação permaneceu formalmente plural, mas o espaço para oposição, imprensa e autonomia regional diminuiu.

6.3 Energia como recurso de Estado

Petróleo e gás financiaram orçamento, exportações e influência. Gasodutos conectaram Rússia e Europa, gerando dependência recíproca desigual. Empresas estatais e contratos de longo prazo funcionaram como instrumentos econômicos e políticos, embora compradores buscassem diversificar rotas e fornecedores.

6.4 Esfera de influência e vizinhança

Moscou tratou o espaço pós-soviético como área de interesses especiais. Organizações de segurança e economia, bases, cidadania, mídia e energia sustentaram conexões. Governos vizinhos, contudo, negociaram entre Rússia, União Europeia, China, Turquia e Estados Unidos.

As guerras na Geórgia em 2008, a anexação da Crimeia em 2014 e o apoio a entidades separatistas indicaram disposição de usar força para alterar condições regionais. Reconhecimento jurídico internacional e controle territorial passaram a divergir.

6.5 Invasão da Ucrânia e ruptura

Em fevereiro de 2022, a Rússia iniciou invasão em grande escala da Ucrânia. A guerra produziu ampla condenação na Assembleia Geral da ONU, apoio militar e financeiro ocidental a Kiev, sanções contra Moscou e reorientação energética europeia. Também fortaleceu relações russas com China, Irã, Coreia do Norte e parceiros comerciais não ocidentais.

Até agosto de 2026, o conflito permanecia processo aberto. Uma análise histórica responsável distingue objetivos declarados, operações documentadas, decisões ucranianas, apoio externo, negociações e consequências internacionais, evitando anunciar um desfecho inexistente.

Recurso	Uso interno	Uso externo	Vulnerabilidade
Energia	Receita e patronagem	Exportação e contrato	Preço e rota
Forças armadas	Centralização e prestígio	Coerção regional	Custo e desgaste
Passaporte e mídia	Identidade e controle	Influência transfronteiriça	Resistência local
Organização regional	Coordenação	Institucionalizar liderança	Autonomia dos membros

MITO VERSUS EVIDÊNCIA

Mito: a Rússia apenas restaurou a União Soviética. Evidência: o Estado pós-soviético combina nacionalismo, mercado concentrado, energia, instituições herdadas e novas redes, sem reproduzir integralmente o sistema anterior.

Leituras-base do capítulo

Stephen Kotkin, *Armageddon Averted*; Fiona Hill e Clifford Gaddy, *Mr. Putin*; Angela Stent, *Putin's World*; Serhii Plokhy, *The Russo-Ukrainian War*; Timothy Colton, *Russia*.

7. China: ascensão industrial, infraestrutura e poder tecnológico

7.1 Reforma sem mudança de regime

A China aprofundou reformas de mercado sob direção do Partido Comunista. Zonas econômicas, investimento, empresas locais e infraestrutura ampliaram produção. O Estado preservou bancos, terra, setores estratégicos e capacidade de orientar crédito. A combinação não cabe plenamente nas categorias de mercado liberal ou planejamento soviético.

7.2 OMC e fábrica mundial

A entrada na Organização Mundial do Comércio em dezembro de 2001 consolidou integração comercial. Empresas estrangeiras transferiram produção e tecnologia, enquanto firmas chinesas aprenderam, cresceram e passaram a competir. Portos, energia, cidades e educação sustentaram escala industrial.

O processo reduziu pobreza e ampliou renda, mas também produziu desigualdade, pressão ambiental e diferenças regionais. Trabalho migrante interno sustentou cidades sem acesso sempre igual aos serviços vinculados ao registro residencial.

7.3 Empresas estatais e setor privado

Empresas estatais dominam energia, finanças, telecomunicações e infraestrutura; empresas privadas ganharam importância em manufatura, plataformas e inovação. O partido exerce coordenação por nomeações, regulação, crédito e comitês. Mudanças regulatórias demonstram que autonomia empresarial permanece condicionada.

7.4 Iniciativa Cinturão e Rota

Anunciada em 2013, a iniciativa financia e constrói portos, ferrovias, energia e corredores. Projetos podem reduzir tempo de transporte e preencher lacunas, mas contratos, dívida, demanda, ambiente e transparência variam. Chamar toda obra de “armadilha da dívida” apaga negociação local; ignorar assimetrias também é inadequado.

7.5 Mar, Taiwan e segurança regional

Reivindicações no Mar do Sul da China, modernização naval e pressão sobre Taiwan conectam nacionalismo, rotas e competição com os Estados Unidos. Países do Sudeste Asiático combinam cooperação econômica com busca de garantias e autonomia. A interdependência não elimina risco de crise.

7.6 Tecnologia e dupla circulação

Plataformas, 5G, veículos elétricos, baterias, inteligência artificial e espaço tornaram-se campos de política industrial. Restrições externas a chips avançados incentivaram investimento doméstico. A estratégia de dupla circulação procura combinar mercado interno, exportações e menor dependência em gargalos.

Pilar	Instrumento	Alcance externo	Límite
Indústria	Crédito, escala e fornecedor	Comércio e preço	Excesso e barreira
Infraestrutura	Banco, empresa e obra	Corredor e contrato	Dívida e demanda
Tecnologia	Pesquisa, padrão e plataforma	Ecossistema digital	Chips e confiança
Diplomacia	Comércio e instituição	Coalizão temática	Rivalidades regionais

MITO VERSUS EVIDÊNCIA

Mito: todos os projetos chineses obedecem a um plano central perfeito. Evidência: ministérios, bancos, províncias, empresas e governos parceiros negociam projetos com coordenação, competição e resultados desiguais.

Leituras-base do capítulo

Barry Naughton, *The Chinese Economy*; Elizabeth Economy, *The Third Revolution*; Rush Doshi, *The Long Game*; Yuen Yuen Ang, *How China Escaped the Poverty Trap*; World Bank, *Belt and Road Economics*.

8. Intervenções, proteção de civis e soberania

8.1 O dilema do pós-Guerra Fria

Conflitos nos Bálcãs, África e outras regiões colocaram pressão sobre a regra de não intervenção. A pergunta deixou de ser apenas se um Estado podia atravessar fronteiras e passou a incluir quando a comunidade internacional deveria agir diante de grave ameaça a civis. Direito, moral, seletividade e capacidade operacional entraram em tensão.

8.2 Autorizações e controvérsias

Operações no Kuwait e na Somália tiveram autorização do Conselho de Segurança. A intervenção da OTAN no Kosovo em 1999 ocorreu sem nova autorização explícita para o uso da força, sendo defendida por seus participantes como excepcional e contestada por outros Estados. O Iraque em 2003 aprofundou a crise de legitimidade.

8.3 Administração internacional

Kosovo e Timor-Leste receberam administrações transitórias internacionais com funções legislativas e executivas. Essas experiências ajudaram eleições e instituições, mas levantaram pergunta fundamental: como construir autogoverno por autoridade externa? Especialistas internacionais podiam responder a doadores mais do que a cidadãos.

8.4 Responsabilidade de Proteger

Em 2005, membros da ONU aceitaram que cada Estado deve proteger populações de crimes graves e que a comunidade internacional possui responsabilidades graduais. O princípio prioriza prevenção, assistência e ação coletiva segundo a Carta. Não constitui licença automática para guerra unilateral.

8.5 Líbia e efeito sobre a confiança

Em 2011, o Conselho de Segurança autorizou medidas para proteger civis na Líbia. A operação contribuiu para a queda do governo, e o país entrou em fragmentação prolongada. Rússia, China e outros governos passaram a citar a experiência como prova de expansão de mandato, dificultando consensos posteriores.

8.6 Intervir e reconstruir

Remover forças ou governo é diferente de criar segurança, justiça e administração. Intervenções frequentemente subestimaram instituições locais, incentivos de facções e duração necessária. A comparação deve medir não apenas intenção ou vitória inicial, mas autoridade cinco e dez anos depois.

Etapa	Pergunta	Evidência	Risco
Autorização	Quem permitiu o quê?	Resolução e tratado	Mandato ambíguo
Execução	Como meios serviram ao objetivo?	Regra e operação	Escalada
Transição	Quem governa depois?	Constituição e orçamento	Dependência
Avaliação	Que resultado e para quem?	Série e testemunho	Prazo curto

MITO VERSUS EVIDÊNCIA

Mito: intervenção humanitária é categoria juridicamente simples. Evidência: autorização, necessidade, proporcionalidade, execução e reconstrução precisam ser avaliadas separadamente.

Leituras-base do capítulo

Martha Finnemore, The Purpose of Intervention; Michael Barnett, Empire of Humanity; Roland Paris, At War's End; David Chandler, Empire in Denial; International Commission on Intervention and State Sovereignty, The Responsibility to Protect.

9. Guerra ao Terror, Afeganistão e Iraque

9.1 Ataques de 2001 e resposta

Os ataques de 11 de setembro de 2001 alteraram prioridades de segurança. Os Estados Unidos invocaram autodefesa, a OTAN acionou pela primeira vez o Artigo 5 e uma coalizão derrubou o governo Talibã no Afeganistão. O objetivo inicial de enfrentar a Al-Qaeda expandiu-se para reconstrução estatal prolongada.

9.2 Segurança sem fronteira definida

“Terror” descreve método, não território ou governo único. Ao transformar uma tática em inimigo global, políticas reuniram organizações muito diferentes. Listas, inteligência, vigilância, operações remotas, detenções e cooperação policial atravessaram jurisdições. Direitos, transparência e controle democrático tornaram-se disputas centrais.

9.3 Afeganistão: intervenção e Estado

Instituições eleitas, serviços e cidades cresceram com apoio externo, mas governo dependia de financiamento, forças estrangeiras e coalizões locais. Corrupção, santuários regionais, guerra e desenho centralizado limitaram legitimidade. Em 2021, a retirada internacional foi seguida por retorno do Talibã ao poder, evidenciando a diferença entre instituições financiadas e autoridade sustentável.

9.4 Iraque em 2003

Os Estados Unidos e aliados invadiram o Iraque sem nova autorização específica do Conselho de Segurança. Alegações sobre armas proibidas não foram confirmadas como apresentadas. A dissolução de estruturas estatais, exclusão política e ocupação contribuíram para instabilidade, enquanto atores iraquianos e regionais perseguiram agendas próprias.

9.5 Custos políticos e estratégicos

Guerras prolongadas consumiram recursos, afetaram credibilidade e geraram debate sobre limites do poder. Tecnologias de vigilância e operações remotas reduziram certos riscos para intervenientes, mas ampliaram questões de soberania e responsabilização. A competição entre grandes potências retornou sem que redes armadas transnacionais desaparecessem.

9.6 Evidência e linguagem

Documentos de inteligência precisam ser comparados com inspeções, decisões e revisões posteriores. “Estado falido”, “insurgente” e “terrorista” podem revelar realidade ou funcionar como categorias de poder. O historiador deve explicar quem aplicou o rótulo e com qual consequência.

Objetivo	Instrumento	Resultado parcial	Questão aberta
Desarticular rede	Inteligência e operação	Lideranças e células atingidas	Reorganização regional
Construir Estado	Ajuda, eleição e força	Serviços e instituições	Dependência e legitimidade
Impedir proliferação	Inspeção e invasão	Governo removido	Evidência e legalidade
Proteger território	Vigilância e aliança	Cooperação ampliada	Direito e controle

MITO VERSUS EVIDÊNCIA

Mito: capacidade militar garante construção estatal. Evidência: autoridade depende de coalizões, receita, conhecimento local, confiança e instituições que sobrevivam à retirada do apoio externo.

Leituras-base do capítulo

Steve Coll, Directorate S; Neta C. Crawford, Pentagon Fuel Use, Climate Change, and the Costs of War; David Kilcullen, The Accidental Guerrilla; Rajiv Chandrasekaran, Imperial Life in the Emerald City; Costs of War Project, Brown University.

10. Oriente Médio e norte da África: revoltas, guerras e ordens regionais

10.1 Oslo e limites do processo de paz

Os Acordos de Oslo criaram reconhecimento mútuo e autoridade palestina limitada, mas adiaram fronteiras, Jerusalém, refugiados, assentamentos e soberania. Negociação parcial coexistiu com ocupação, violência e assimetria de poder. O processo perdeu legitimidade sem produzir solução final.

10.2 Iraque e equilíbrio regional

Sanções, invasão de 2003 e reconstrução alteraram relações entre comunidades, partidos e vizinhos. O Irã ampliou influência por laços políticos, econômicos e de segurança. Monarquias do Golfo combinaram aliança com os Estados Unidos, modernização militar e agendas próprias.

10.3 Revoltas árabes

A partir de 2010, protestos contestaram autoritarismo, corrupção, desemprego e exclusão. Tunísia, Egito, Líbia, Síria, Iêmen e outros casos seguiram trajetórias distintas. Redes digitais ajudaram comunicação, mas não substituíram organização, instituições ou forças estatais.

10.4 Guerras internacionalizadas

Na Síria, levante, repressão, guerra interna e intervenção de potências regionais e globais se combinaram. No Iêmen, disputa doméstica conectou-se à rivalidade regional. Tratar esses conflitos apenas como guerras por procuração apaga atores locais; ignorar apoio externo também distorce.

10.5 Israel, Palestina e guerra desde 2023

Os ataques liderados pelo Hamas em Israel em 7 de outubro de 2023 e a campanha militar israelense em Gaza produziram guerra prolongada, crise humanitária e forte disputa jurídica e diplomática. Reféns, proteção de civis, acesso à ajuda, ocupação, segurança israelense, direitos palestinos e solução política permanecem questões centrais.

Até agosto de 2026, a situação continuava aberta. O texto evita números descontextualizados e descrições gráficas; recomenda consultar relatórios datados da ONU, decisões judiciais, documentos dos governos e investigações independentes, distinguindo alegação, verificação e responsabilidade.

10.6 Potências médias e diplomacia

Turquia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Catar e Irã projetam poder por energia, finanças, bases, mediação, mídia e parceiros armados. Alianças são flexíveis: rivais podem negociar comércio ou cessar-fogo sem formar bloco estável.

Ator	Recurso	Área de projeção	Límite
Monarquias do Golfo	Energia, fundo e mídia	Região e investimento global	Segurança e diversificação
Irã	Estado, parceiros e mísseis	Levante e Golfo	Sanção e rivalidade
Turquia	Indústria, forças e diplomacia	Mediterrâneo, Cáucaso e África	Economia e alianças
Israel	Tecnologia, forças e alianças	Levante e cooperação regional	Conflito e legitimidade

MITO VERSUS EVIDÊNCIA

Mito: o Oriente Médio é movido por rivalidades antigas e imutáveis. Evidência: Estados, fronteiras, petróleo, intervenções, instituições e escolhas recentes transformaram alianças repetidamente.

Leituras-base do capítulo

James L. Gelvin, *The Modern Middle East*; Marc Lynch, *The New Arab Wars*; Fawaz Gerges, *Making the Arab World*; Rashid Khalidi, *The Hundred Years' War on Palestine*; Mehran Kamrava, *The International Politics of the Persian Gulf*.

11. Crises financeiras, dívida e fragmentação geoeconômica

11.1 Crise asiática de 1997

Entradas de capital, câmbio e endividamento privado criaram vulnerabilidades em economias asiáticas. Quando confiança mudou, moedas e bancos sofreram pressão. Programas de ajuste geraram debate sobre velocidade, proteção social e representação no FMI. Alguns governos acumularam reservas e criaram mecanismos regionais depois da crise.

11.2 Rússia, Brasil, Argentina e contágio

Crises atravessaram mercados porque investidores, bancos e avaliações ligavam países diferentes. Rússia em 1998, Brasil em 1999 e Argentina em 2001-2002 mostraram combinações próprias de dívida, câmbio, política e estrutura produtiva. “Contágio” não deve apagar decisões internas.

11.3 Crise global de 2008

Crédito imobiliário, securitização, alavancagem e supervisão insuficiente no centro financeiro norte-americano desencadearam crise mundial. Bancos centrais e governos mobilizaram grande capacidade para estabilizar pagamentos. O episódio contrariou a ideia de mercados autorregulados e transferiu riscos privados para balanços públicos.

11.4 Euro e desigualdade de ajuste

Na zona do euro, união monetária sem orçamento federal robusto ampliou tensões entre credores e devedores. Programas condicionados exigiram reformas e cortes, enquanto o Banco Central Europeu ampliou instrumentos. A distribuição dos custos tornou-se disputa sobre democracia e solidariedade.

11.5 Pandemia e política econômica

Em 2020, interrupções sanitárias e produtivas levaram governos a transferências, crédito, compras e expansão monetária. Vacinas revelaram inovação rápida e desigualdade de acesso. Cadeias se reorganizaram; inflação posterior combinou demanda, oferta, energia, guerra e políticas nacionais.

11.6 Da eficiência à segurança econômica

Controles de exportação, subsídios a chips e energia, revisão de investimentos e sanções passaram a integrar estratégia. “Redução de risco” busca diminuir dependências sem separar totalmente economias. O resultado é fragmentação seletiva, não fim da globalização.

Crise	Canal inicial	Transmissão	Resposta institucional
Ásia 1997	Câmbio e capital	Banco e dívida	FMI, reserva e cooperação
Global 2008	Crédito e securitização	Banco e comércio	Liquidez, resgate e regulação
Euro	Dívida e união incompleta	Banco e orçamento	Condição, fundo e BCE
Pandemia	Saúde e oferta	Trabalho, logística e demanda	Transferência, vacina e crédito

MITO VERSUS EVIDÊNCIA

Mito: crises financeiras são acidentes puramente técnicos. Evidência: regras, distribuição de perdas, moeda, credores e capacidade fiscal tornam toda crise também política.

Leituras-base do capítulo

Adam Tooze, *Crashed*; Paul Blustein, *The Chastening*; Mark Blyth, *Austerity*; Carmen Reinhart e Kenneth Rogoff, *This Time Is Different*; Eric Helleiner, *The Status Quo Crisis*.

12. BRICS, G20 e projetos do Sul global

12.1 Do G7 ao G20

A crise de 2008 elevou o G20 ao nível de chefes de governo. O fórum reuniu economias avançadas e emergentes em coordenação financeira, refletindo distribuição de produção diferente daquela do pós-1945. Como grupo informal, possui flexibilidade e alcance, mas depende de consenso e não substitui instituições universais.

12.2 Formação dos BRICS

Brasil, Rússia, Índia e China iniciaram coordenação política em 2006; África do Sul ingressou em 2011. Um rótulo financeiro tornou-se fórum de governança, desenvolvimento e reforma institucional. Os membros compartilham insatisfação com representação desigual, mas diferem em regimes, alianças, fronteiras e interesses econômicos.

12.3 Novo Banco de Desenvolvimento

Criado em 2015, o banco busca financiar infraestrutura e desenvolvimento com maior voz dos membros. Empréstimos em moedas locais podem reduzir risco cambial, embora escala, avaliação e acesso a mercados imponham limites. A instituição complementa mais do que substitui Banco Mundial e bancos regionais.

12.4 Expansão de 2024-2025

Egito, Etiópia, Irã, Emirados Árabes Unidos e outros participantes ampliaram o agrupamento; a Indonésia tornou-se membro pleno em 2025. Em sua presidência de 2025, o Brasil apresentou onze membros plenos e uma categoria de parceiros. A expansão aumenta representação e recursos, mas torna consenso e identidade mais complexos.

12.5 Sul global como coalizão variável

“Sul global” reúne experiências de colonialismo e desigualdade, não posição única. Votos sobre guerras, sanções, clima e comércio mostram divergências. Países podem defender soberania numa questão, intervenção noutra, reforma financeira e proteção comercial ao mesmo tempo.

12.6 Autonomia por diversificação

Muitos governos não procuram escolher definitivamente entre Estados Unidos e China. Combinam armas, crédito, tecnologia, energia e mercados de vários parceiros. Essa diversificação amplia barganha, mas pode multiplicar dependências e exigir capacidade administrativa para negociar contratos.

Fórum	Função	Vantagem	Limite
G20	Coordenação sistêmica	Inclui grandes economias	Informal e heterogêneo
BRICS	Reforma e cooperação	Voz do Sul e instituições próprias	Interesses divergentes
NDB	Financiamento	Capital e moeda local	Escala e risco
Coalizão temática	Clima, comércio ou saúde	Flexibilidade	Continuidade incerta

MITO VERSUS EVIDÊNCIA

Mito: BRICS é uma aliança militar ou um bloco homogêneo. Evidência: é mecanismo de coordenação por consenso entre Estados com rivalidades, regimes e vínculos externos diferentes.

Leituras-base do capítulo

Oliver Stuenkel, The BRICS and the Future of Global Order; Andrew F. Cooper, The G20; Amitav Acharya, The End of American World Order; Eric Helleiner, The Status Quo Crisis; documentos oficiais do BRICS e do Novo Banco de Desenvolvimento.

13. África: soberania, recursos, cidades e novas parcerias

13.1 Estados e democratização desigual

O fim da Guerra Fria reduziu apoio externo a alguns regimes e coincidiu com eleições multipartidárias. Em vários países, competição política se institucionalizou; em outros, presidentes prolongaram mandatos, partidos dominaram recursos ou forças assumiram poder. Não existe trajetória continental única.

13.2 União Africana e segurança

A União Africana substituiu a Organização da Unidade Africana em 2002, ampliando ambições de integração, mediação e resposta a crises. Missões regionais e sub-regionais mostraram capacidade crescente, porém dependência financeira e diferenças entre membros limitaram execução.

13.3 China, Europa, Estados Unidos, Golfo e Turquia

Parcerias africanas se diversificaram. A China tornou-se grande fonte de comércio, crédito e construção; União Europeia preservou mercado, ajuda e regulação; Estados Unidos combinaram saúde, segurança e investimento; países do Golfo e Turquia ampliaram portos, agricultura e diplomacia. Governos africanos negociam entre ofertas, não apenas recebem influência.

13.4 Dívida e infraestrutura

Estradas, energia e telecomunicações podem ampliar produtividade, mas dependem de demanda, manutenção, moeda e contrato. Dívida não revela sozinha uma relação imperial. É necessário identificar credor, garantia, prazo, receita prevista, renegociação e responsabilidade doméstica.

13.5 Recursos e transição energética

Cobalto, cobre, lítio, gás e terras raras aumentaram importância. O desafio é transformar extração em processamento, emprego, receita e tecnologia. Corrida por minerais pode repetir enclaves se contratos, transparência e infraestrutura local não distribuírem benefícios.

13.6 Cidades, juventude e integração continental

Urbanização e população jovem ampliam mercados, criatividade e demandas por trabalho e serviço. A Área de Livre Comércio Continental Africana busca integrar economias fragmentadas. Fronteiras, logística, moedas e capacidade industrial determinarão seu alcance.

Relação	Oportunidade	Assimetria	Teste empírico
Infraestrutura	Conectividade	Dívida e contrato	Receita, uso e manutenção
Mineração	Exportação e emprego	Enclave e ambiente	Valor local e imposto
Segurança	Proteção e treinamento	Dependência e abuso	Mandato e controle civil
Integração	Escala continental	Logística desigual	Comércio efetivo

MITO VERSUS EVIDÊNCIA

Mito: a África apenas troca um colonizador por outro. Evidência: assimetrias existem, mas Estados, organizações, empresas e comunidades africanas negociam, contestam e produzem resultados variados.

Leituras-base do capítulo

Frederick Cooper, *Africa since 1940*; Crawford Young, *The Postcolonial State in Africa*; Deborah Brautigam, *The Dragon's Gift*; Carlos Lopes, *Africa in Transformation*; AfCFTA Secretariat e African Union, documentos oficiais.

14. América Latina e Caribe: democracia, commodities e autonomia

14.1 Democracias e reformas dos anos 1990

Eleições se tornaram regra regional enquanto governos estabilizaram moedas, privatizaram empresas e abriram comércio. Democracia conviveu com desigualdade, violência institucional, sistemas partidários frágeis e baixa confiança. Reformas econômicas produziram ganhos e custos distribuídos de forma desigual.

14.2 NAFTA, Mercosul e regionalismos

O NAFTA integrou México, Estados Unidos e Canadá em cadeias industriais; foi substituído pelo USMCA em 2020. Mercosul combinou comércio e projeto político com avanços e crises. Unasul, Aliança do Pacífico, CELAC e outras iniciativas refletiram mudanças de governo e visões concorrentes.

14.3 Maré rosa e política social

Nos anos 2000, governos de esquerda ou centro-esquerda ampliaram políticas sociais, presença estatal e cooperação regional. Receitas de commodities facilitaram gasto, mas dependência exportadora permaneceu. Casos variaram de democracia competitiva a concentração de poder.

14.4 China e diversificação comercial

A China tornou-se grande compradora de soja, minério, petróleo e cobre e fornecedora de bens, crédito e infraestrutura. A relação diversificou parceiros além dos Estados Unidos e Europa, porém reforçou especialização em commodities em várias economias.

14.5 Crises políticas e migração

Protestos, impeachments, mudanças constitucionais, deterioração econômica e autoritarismo revelaram instituições sob tensão. Deslocamento venezuelano adquiriu escala regional. Crime organizado e controle territorial desafiam Estados, sem que segurança possa ser separada de justiça, emprego e capacidade local.

14.6 Brasil entre autonomia e coalizões

O Brasil combinou Mercosul, BRICS, G20, operações de paz, cooperação Sul-Sul e relações com potências. Mudanças presidenciais alteraram ênfases em ambiente, integração e alinhamento, mas escala territorial, agricultura, energia e diplomacia profissional sustentaram capacidade de articulação.

Estratégia	Instrumento	Ganho possível	Límite
Integração regional	Tarifa e instituição	Escala e negociação	Mudança política
Boom de commodities	Exportação e receita	Política social e reserva	Ciclo e especialização
Diversificação	China, Europa e Sul	Barganha	Nova dependência
Autonomia diplomática	Coalizão e mediação	Voz internacional	Capacidade material

MITO VERSUS EVIDÊNCIA

Mito: a América Latina deixou a influência dos Estados Unidos e passou à influência chinesa. Evidência: comércio, finanças, segurança e política variam por país e setor, produzindo dependências sobrepostas.

Leituras-base do capítulo

Steven Levitsky e Kenneth Roberts, The Resurgence of the Latin American Left; Tulio Halperín Donghi, The Contemporary History of Latin America; Barbara Stallings, Dependency in the Twenty-First Century?; Kevin Gallagher, The China Triangle; Mónica Hirst, Understanding Brazil-United States Relations.

15. Plataformas, dados, inteligência artificial e semicondutores

15.1 Da internet aberta às plataformas

A internet comercial cresceu com protocolos abertos, investimento público e empresas privadas. Busca, redes sociais, comércio eletrônico, nuvem e aplicativos concentraram usuários em poucas plataformas. Efeitos de rede tornaram serviços mais úteis à medida que cresciam, elevando barreiras para concorrentes.

15.2 Dado como relação de poder

Dados não são recurso natural encontrado pronto. São produzidos por escolhas de medição, interface e trabalho. Quem define categorias decide o que se torna visível. Bases amplas podem melhorar serviços e modelos, mas também permitir vigilância, discriminação e dependência.

15.3 Infraestrutura da nuvem

Serviços aparentemente imateriais dependem de centros de dados, energia, água, cabos, chips e engenheiros. Poucas empresas controlam parcelas relevantes de computação em nuvem e publicidade. Governos dependem de fornecedores privados, enquanto tentam impor localização, concorrência e proteção de dados.

15.4 Semicondutores e gargalos

Projeto, máquinas, materiais e fabricação de chips avançados estão distribuídos entre Estados Unidos, Taiwan, Coreia do Sul, Japão, Europa e China. Nenhum ator domina sozinho toda a cadeia. Essa interdependência cria eficiência e vulnerabilidade, levando a subsídios, controles de exportação e alianças tecnológicas.

15.5 Inteligência artificial

Aprendizado de máquina ganhou escala com dados, chips e computação. Modelos de uso geral ampliaram capacidades a partir de 2022, concentrando poder em empresas com capital e infraestrutura. A inteligência artificial pode aumentar produtividade e conhecimento, mas seus efeitos dependem de acesso, energia, idioma, trabalho e regulação.

15.6 Regulação e soberania digital

O Regulamento Europeu de Inteligência Artificial entrou em vigor em agosto de 2024 com abordagem baseada em risco. Estados Unidos, China, Brasil e outros países desenvolveram estruturas diferentes. Regular tecnologia produz efeito extraterritorial quando empresas adotam um padrão para vários mercados.

15.7 Informação, eleição e esfera pública

Plataformas alteraram jornalismo, campanha, mobilização e propaganda. Algoritmos não determinam comportamento sozinhos: instituições políticas, confiança, mídia e grupos organizados importam. Transparência é difícil porque sistemas, dados e modelos são propriedade privada e mudam rapidamente.

Camada	Recurso estratégico	Concentração	Contestação
Física	Cabo, energia e data center	Rotas e provedores	Redundância e soberania
Computação	Nuvem e chip	Capital e fabricação	Subsídio e controle
Aplicação	Plataforma e modelo	Efeito de rede	Concorrência e padrão aberto
Regra	Privacidade e segurança	Mercado regulador	Jurisdição e auditoria

MITO VERSUS EVIDÊNCIA

Mito: dado é o novo petróleo. Evidência: dado pode ser copiado, depende de contexto e adquire valor por infraestrutura, modelo, direito e capacidade organizacional; a metáfora oculta essas diferenças.

Leituras-base do capítulo

Shoshana Zuboff, *The Age of Surveillance Capitalism*; Nick Srnicek, *Platform Capitalism*; Chris Miller, *Chip War*; Anu Bradford, *Digital Empires*; Kate Crawford, *Atlas of AI*; UNCTAD, *Digital Economy reports*.

16. Clima, energia, minerais críticos e infraestrutura

16.1 Clima como problema de poder

Mudança climática atravessa fronteiras, mas responsabilidades históricas, capacidades e vulnerabilidades são desiguais. Estados negociam metas comuns enquanto disputam financiamento, tecnologia e espaço para desenvolvimento. O clima reorganiza agricultura, cidades, seguro, migração, saúde e segurança.

16.2 Kyoto e Paris

O Protocolo de Kyoto estabeleceu compromissos diferenciados para economias industrializadas. O Acordo de Paris, adotado em 2015 e em vigor desde 2016, incorporou planos nacionais de quase todos os países. A arquitetura amplia participação, mas depende de ambição, revisão, financiamento e implementação doméstica.

16.3 Energia fóssil e transição

Petróleo e gás continuam estratégicos para transporte, indústria e receita. A transição amplia eletricidade, renováveis, redes, armazenamento e eficiência. Velocidade varia conforme custo, tecnologia, política e segurança. Uma transição desordenada pode produzir novas vulnerabilidades sem remover as antigas.

16.4 Minerais críticos

Cobre, lítio, níquel, cobalto, grafite e terras raras sustentam redes, baterias e eletrônica. Mineração está concentrada em alguns países e refino ainda mais. A Agência Internacional de Energia registrou forte concentração em 2024-2025, especialmente no processamento chinês. Isso transforma pequenos volumes em gargalos de grande valor econômico.

16.5 Cabos, estreitos e corredores

Estreito de Malaca, Hormuz, Suez, Panamá, portos e cabos mostram que globalização depende de passagens. Secas, acidentes, guerra ou decisão política podem interromper fluxos. Resiliência exige rotas alternativas, estoque, manutenção e cooperação.

16.6 Justiça climática e desenvolvimento

Países vulneráveis reivindicam financiamento para adaptação e perdas, enquanto comunidades discutem emprego, terra e custo de energia. Uma mina ou parque renovável pode apoiar transição e ainda gerar conflito local. Avaliação precisa conectar benefício global, direito territorial e distribuição.

Infraestrutura	Dependência	Poder	Resposta possível
Rede elétrica	Geração e equipamento	Padrão e acesso	Interconexão e reserva
Mineral	Mina, refino e tecnologia	Gargalo e preço	Diversificação e reciclagem
Canal e porto	Rota e operação	Tarifa e interrupção	Alternativa e estoque
Financiamento climático	Crédito e regra	Condição e prioridade	Fundo e transparência

MITO VERSUS EVIDÊNCIA

Mito: transição energética substitui geopolítica do petróleo por independência. Evidência: redes, minerais, patentes, financiamento e território criam novas interdependências.

Leituras-base do capítulo

Daniel Yergin, *The New Map*; Helen Thompson, *Disorder*; Gabrielle Hecht, *Being Nuclear*; Jason W. Moore, *Capitalism in the Web of Life*; relatórios do IPCC, IEA e UNFCCC.

17. De 2014 a 2026: rivalidades, guerras e uma ordem ainda aberta

17.1 2014 como inflexão

A anexação russa da Crimeia, guerras no leste ucraniano, consolidação chinesa sob Xi Jinping, crise no Oriente Médio e desaceleração da globalização marcaram mudança. Rivalidade entre grandes potências voltou ao centro, sem restaurar a bipolaridade da Guerra Fria.

17.2 Estados Unidos e China

Comércio, chips, mar, Taiwan, alianças e padrões tecnológicos formam competição multidimensional. Os dois países permanecem economicamente conectados, tornando separação total custosa. Parceiros tentam preservar acesso a ambos, embora pressões aumentem em setores estratégicos.

17.3 Guerra na Ucrânia e segurança europeia

A invasão russa de 2022 fortaleceu unidade ocidental em sanções e apoio, estimulou rearmamento e levou Finlândia e Suécia à OTAN, que passou a 32 membros em 2024. Ao mesmo tempo, diferenças sobre custos, objetivos e duração permaneceram. O conflito mostrou a combinação de território, drones, satélites, indústria, informação e logística.

17.4 Oriente Médio, Gaza, Irã e legitimidade internacional

Os ataques liderados pelo Hamas em 7 de outubro de 2023 e a guerra subsequente em Gaza ampliaram polarização, produziram uma grave crise humanitária e expuseram limites de instituições internacionais para proteger civis e produzir acordo. Em 2025, Israel e Irã passaram a trocar ataques diretos em escala inédita. Em 28 de fevereiro de 2026, Israel e Estados Unidos iniciaram uma nova campanha de ataques contra o Irã; Teerã respondeu contra Israel, instalações norte-americanas e rotas do Golfo. Cessar-fogos e negociações posteriores não produziram solução estável até 11 de agosto de 2026, e o Estreito de Hormuz tornou-se novamente um ponto central de coerção militar, energia e comércio. O conjunto mostra que alianças, direito internacional, infraestrutura e legitimidade podem mudar de significado durante uma crise.

17.5 Pandemia, guerra e cadeias

Pandemia, invasão, tensões comerciais e crises climáticas incentivaram estoque, produção doméstica e fornecedores alternativos. A lógica de custo mínimo passou a coexistir com segurança nacional. Empresas continuam globais, mas precisam mapear jurisdição e risco político.

17.6 Rearmamento e instituições

O SIPRI estimou gasto militar mundial de US\$ 2,887 trilhões em 2025, décimo primeiro aumento anual consecutivo. Estados Unidos, China e Rússia somaram 51% do total. Em 5 de fevereiro de 2026, o New START expirou, deixando Estados Unidos e Rússia sem limites juridicamente vinculantes sobre seus arsenais nucleares estratégicos implantados. Os dois fatos apontam para rearmamento e erosão de mecanismos de controle, mas gasto e número de armas não medem sozinhos eficácia, intenção, doutrina ou estabilidade.

17.7 O mundo de 2026

Em 11 de agosto de 2026, a ONU tinha 193 membros, a União Europeia 27 e a OTAN 32. O BRICS ampliado reunia onze membros segundo a presidência brasileira de 2025, além de países parceiros. A UIT estimou que 6 bilhões de pessoas, 74% da população mundial, usavam internet em 2025, mas qualidade, custo, segurança e capacidade permaneciam muito desiguais.

A ordem não é simplesmente unipolar, bipolar ou multipolar. Os Estados Unidos preservam alianças, dólar e alcance; a China reúne indústria e infraestrutura; Rússia demonstra capacidade de coerção; União Europeia projeta regras; potências médias e coalizões temáticas ampliam autonomia. Em cada domínio, a distribuição é diferente.

Domínio	Centro principal	Competidores	Forma da ordem
Militar global	Estados Unidos	China, Rússia e potências regionais	Assimetria contestada
Indústria	China e redes asiáticas	EUA, UE, Índia e outros	Interdependência seletiva
Finanças	Dólar e mercados ocidentais	Euro, renminbi e arranjos locais	Hegemonia com diversificação
Regulação digital	EUA, China e UE	Estados e padrões abertos	Modelos concorrentes

MITO VERSUS EVIDÊNCIA

Mito: a unipolaridade terminou numa nova ordem já definida. Evidência: diferentes domínios têm centros distintos, e instituições, guerras e tecnologias continuam redistribuindo capacidade.

Leituras-base do capítulo

Hal Brands e Michael Beckley, *Danger Zone*; Henry Farrell e Abraham Newman, *Underground Empire*; Odd Arne Westad, *The Cold War* e ensaios posteriores; SIPRI Yearbook 2026; relatórios da ONU, OTAN, União Europeia, UIT e BRICS.

Apêndice A. Cronologia analítica

Esta cronologia seleciona acontecimentos que alteraram instituições, capacidades ou linguagens políticas. Ela não pretende registrar tudo. Datas marcam processos mais longos, e a última coluna explica por que cada item importa para a comparação entre impérios territoriais, hegemonia e poder em rede.

A.1 De 1991 a 2001

Ano	Espaço	Acontecimento	Significado analítico
1991	Mundo	Dissolução da União Soviética	Encerra a bipolaridade estatal e amplia a vantagem estratégica dos EUA
1991	Golfo Pérsico	Guerra do Golfo	Demonstra coalizão, logística e superioridade tecnológica sob mandato internacional
1991	Europa	Conselho Europeu de Maastricht conclui acordo sobre o futuro Tratado da União Europeia	Transforma integração econômica em projeto político e monetário; o tratado seria assinado em 1992
1991	África	Principais leis do apartheid são revogadas; transição acelera	Abre caminho institucional para negociação democrática e nova posição regional sul-africana
1992	Mundo	Conferência do Rio sobre meio ambiente	Institucionaliza clima e desenvolvimento sustentável na agenda global
1992	Balcãs	Guerra na Bósnia	Expõe limites da resposta europeia e da proteção internacional
1993	Europa	União Europeia entra em vigor	Amplia soberania compartilhada, cidadania e mercado integrado
1993	Oriente Médio	Acordos de Oslo	Cria processo de paz incompleto e instituições palestinas limitadas
1994	África do Sul	Eleições democráticas	Reordena legitimidade doméstica e diplomacia regional
1994	Ruanda	Genocídio	Revela falha extrema de prevenção e proteção internacional
1994	América do Norte	NAFTA entra em vigor	Aprofunda produção regional integrada e debate sobre trabalho
1995	Mundo	Criação da OMC	Fortalece regras comerciais e mecanismo de solução de controvérsias
1995	Balcãs	Acordos de Dayton	Combina força externa, negociação e administração internacional
1997	Ásia	Crise financeira asiática	Mostra mobilidade de capitais, fragilidade cambial e papel do FMI
1997	China	Retorno de Hong Kong	Testa a fórmula um país, dois sistemas
1998	Mundo	Estatuto de Roma	Cria base do Tribunal Penal Internacional
1998	Sul da Ásia	Testes nucleares de Índia e Paquistão	Confirma pluralização do poder nuclear fora do regime central
1999	Kosovo	Intervenção da OTAN	Intensifica debate entre proteção, legalidade e soberania

Ano	Espaço	Acontecimento	Significado analítico
1999	Europa	Lançamento contábil do euro	Consolida união monetária sem completa união fiscal
1999	Seattle	Protestos contra a OMC	Torna visível a contestação social à globalização
2000	Mundo	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	Organizam metas internacionais mensuráveis
2001	China	Entrada na OMC	Acelera integração industrial e transformação das cadeias globais
2001	EUA e mundo	Ataques de 11 de setembro	Redefinem segurança, alianças, vigilância e intervenção
2001	Afganistão	Início da intervenção liderada pelos EUA	Abre guerra longa entre contrterrorismo e reconstrução estatal

A.2 De 2002 a 2013

Ano	Espaço	Acontecimento	Significado analítico
2002	Mundo	Estatuto de Roma entra em vigor e cria o Tribunal Penal Internacional	Torna responsabilidade penal individual parte permanente da ordem jurídica internacional
2002	Europa	Euro entra em circulação	Materializa integração e dependência monetária entre Estados
2003	Iraque	Invasão liderada pelos EUA	Expõe alcance militar e limites políticos do poder unipolar
2003	Sul global	Fórum IBAS é criado	Articula Índia, Brasil e África do Sul em cooperação política
2004	Europa	Grande ampliação da UE e da OTAN	Integra antigas áreas soviéticas e amplia fricção sobre segurança
2004	Mundo	Tsunami do Índico	Mobiliza redes humanitárias e evidencia desigualdade de capacidade
2005	ONU	Responsabilidade de Proteger é aprovada	Formula deveres de prevenção com aplicação politicamente disputada
2005	Mundo	Protocolo de Kyoto entra em vigor	Vincula clima, diferenciação de responsabilidades e economia
2006	Líbano	Guerra entre Israel e Hezbollah	Mostra peso de atores armados não estatais e alianças regionais
2007	Mundo	Crise do crédito começa	Revela conexões entre hipotecas, bancos e mercados globais
2007	UE	Tratado de Lisboa é assinado	Reformula instituições após ampliação
2008	Mundo	Falência do Lehman Brothers	Transforma crise financeira em choque econômico internacional
2008	Cáucaso	Guerra entre Rússia e Geórgia	Sinaliza contestação russa da ordem de segurança regional
2008	G20	Primeira cúpula de líderes	Eleva economias emergentes na coordenação financeira
2009	Mundo	BRIC realiza primeira cúpula	Formaliza coalizão de grandes países emergentes

Ano	Espaço	Acontecimento	Significado analítico
2010	África do Sul	País ingressa no agrupamento BRICS	Amplia representação africana e identidade política do grupo
2010	Norte da África	Começam revoltas árabes	Contesta regimes e difunde mobilização por redes e praças
2011	Líbia	Intervenção internacional	Aplica proteção de civis e alimenta disputa sobre mudança de regime
2011	Síria	Levante torna-se guerra prolongada	Internacionaliza conflito e fragmenta soberania
2011	EUA	Estratégia de reequilíbrio para a Ásia	Reconhece centralidade crescente do Indo-Pacífico
2012	China	Xi Jinping assume liderança partidária	Inicia maior centralização política e ambição estratégica
2012	Sahel	Crise no Mali	Conecta fragilidade estatal, fronteiras e intervenção externa
2013	China e Eurásia	Iniciativa Cinturão e Rota é lançada	Faz da infraestrutura instrumento de conectividade e influência
2013	Mundo	Revelações sobre vigilância digital	Amplificam debate sobre privacidade, soberania e plataformas

A.3 De 2014 a 2026

Ano	Espaço	Acontecimento	Significado analítico
2014	Ucrânia	Rússia anexa a Crimeia	Reabre disputa territorial e desencadeia sanções duradouras
2014	Oriente Médio	Autoproclamado Estado Islâmico expande território	Mobiliza nova coalizão e evidencia colapso de fronteiras estatais
2015	Mundo	Agenda 2030 é aprovada	Conecta desenvolvimento, desigualdade e sustentabilidade
2015	Mundo	Acordo de Paris é adotado	Universaliza planos nacionais de ação climática
2015	Irã	Acordo nuclear é concluído	Mostra potência e fragilidade da diplomacia multilateral
2016	Reino Unido	Referendo decide saída da UE	Expõe limites políticos da integração regional
2016	Mundo	Debates sobre eleição e desinformação	Colocam plataformas e dados no centro da soberania
2017	EUA	Retirada da Parceria Transpácífica	Abre espaço para novos arranjos comerciais asiáticos
2018	EUA e China	Escala a disputa tarifária	Transforma interdependência em competição geoeconômica
2019	Mundo	Protestos sociais em várias regiões	Conectam custo de vida, representação e redes digitais
2020	Mundo	Pandemia de covid-19	Interrompe mobilidade e torna saúde e cadeias temas de segurança
2020	África	União Africana define o início do comércio da AfCFTA para 1º de janeiro de 2021	Converte a integração continental em cronograma operacional após adiamento pela pandemia

Ano	Espaço	Acontecimento	Significado analítico
2020	Ásia	RCEP é assinado	Consolida grande arquitetura comercial centrada na Ásia
2021	Afganistão	Retirada dos EUA e retorno do Talibã	Encerra intervenção e expõe limites da construção estatal externa
2021	Mundo	Crise de semicondutores	Mostra dependência de poucos centros produtivos
2022	Ucrânia	Rússia inicia invasão em grande escala	Reorganiza segurança europeia, energia, sanções e alianças
2022	Mundo	Choques de energia e alimentos	Evidenciam transmissão global de guerras e gargalos
2023	BRICS	Ampliação é decidida	Aumenta diversidade e peso do agrupamento
2023	Oriente Médio	Ataques de 7 de outubro e guerra subsequente em Gaza	Agravam crise humanitária e disputa sobre segurança, proporcionalidade e legitimidade internacional
2023	África	União Africana ingressa no G20	Amplia representação continental no principal fórum econômico
2023	Tecnologia	IA generativa difunde-se rapidamente	Intensifica disputa por chips, dados, trabalho e regulação
2024	OTAN	Suécia torna-se o 32º membro	Consolida efeito da guerra na arquitetura de segurança europeia
2024	União Europeia	Regulamento de IA entra em vigor	Estabelece regulação baseada em risco com alcance internacional
2024	BRICS	Ampliação entra em operação	Torna coalizão mais ampla e institucionalmente heterogênea
2025	BRICS	Indonésia é anunciada membro pleno	Leva o grupo a onze membros segundo a presidência brasileira
2025	Mundo	Usuários de internet chegam a cerca de seis bilhões	Confirma conectividade majoritária, ainda marcada por desigualdade
2025	Mundo	Gasto militar alcança novo recorde	Indica rearmamento simultâneo em várias regiões
2026	EUA e Rússia	New START expira em 5 de fevereiro	Encerra o último limite bilateral juridicamente vinculante sobre arsenais nucleares estratégicos implantados
2026	Oriente Médio e Golfo	Israel e Estados Unidos atacam o Irã; retaliação e disputa sobre Hormuz	Conecta guerra, energia, rotas marítimas, sanções e alianças numa crise regional ainda aberta
2026	Mundo	Ordem permanece aberta em 11 de agosto	Alianças, mercados e redes coexistem com guerras, rearmamento e fragmentação

COMO TRABALHAR COM DATAS

Escolha três acontecimentos do mesmo ano em regiões diferentes. Em seguida, identifique conexão causal, coincidência e processos independentes. Uma linha do tempo útil não transforma simultaneidade em causa automática.

Apêndice B. Quadros de coexistência

B.1 Seis fotografias do sistema mundial

Ano	Segurança	Economia	Instituições	Tecnologia e infraestrutura
1991	Vantagem militar dos EUA; Rússia em retração	Liberalização e blocos regionais	ONU reativada; UE em formação	Satélites, TV global e internet inicial
2001	OTAN ampliada; Guerra ao Terror começa	OMC fortalecida; China ingressa	UE prepara euro; G8 central	Web comercial, cabos e cadeias industriais
2008	Guerras longas; Rússia retorna à coerção regional	Crise financeira transatlântica	G20 ascende; BRIC se articula	Plataformas móveis e nuvem emergem
2014	Crimeia; guerra na Síria; coalizões flexíveis	Comércio desacelera; BRI se expande	UE pós-crise; BRICS institucionaliza banco	Dados, smartphones e vigilância em massa
2020	Competição EUA-China; conflitos regionais	Pandemia interrompe fluxos	Respostas nacionais e cooperação científica	Nuvem, vacinas, logística e trabalho remoto
2026	Alianças reforçadas e rivalidades sobrepostas	Segurança econômica e diversificação	ONU universal, coalizões seletivas	IA, chips, cabos, energia e minerais críticos

B.2 Quais formas de poder coexistiram?

Forma	Período de maior visibilidade	Coexistências	Exemplo analítico
Hegemonia militar global	1991–presente, com contestação crescente	Alianças, instituições universais e potências regionais	Alcance dos EUA combinado à OTAN e a bases negociadas
Integração supranacional	1993–presente	Estados nacionais, moeda comum e fronteiras externas	União Europeia
Esfera de influência regional	Todo o período	Soberania formal e dependência de segurança	Disputas no espaço pós-soviético
Estado desenvolvimentista em rede	1990s–presente	Mercado mundial e coordenação pública	Industrialização e tecnologia chinesas
Coalizão do Sul global	2003–presente	Rivalidades internas e agenda comum seletiva	IBAS, BRICS e G20
Poder de plataforma	2000s–presente	Jurisdições nacionais e infraestrutura privada	Busca, redes sociais, nuvem e lojas digitais
Poder regulatório	1990s–presente	Mercados integrados e normas concorrentes	Efeito externo de regras europeias
Poder infraestrutural	Todo o período	Território, finanças e padrões	Portos, cabos, corredores, pagamentos e satélites

B.3 Resposta sintética à pergunta central

Não existiu uma sequência simples em que um império desapareceu e outro ocupou seu lugar. Entre 1991 e 2026 coexistiram a primazia militar dos Estados Unidos, a integração regulatória europeia, a reconstrução coercitiva russa, a ascensão industrial chinesa, potências regionais, organizações multilaterais, empresas transnacionais e redes privadas. Uma entidade podia depender de outra em finanças, competir em tecnologia e cooperar em clima no mesmo ano.

REGRA DE COMPARAÇÃO

Antes de dizer que um ator é dominante, complete a frase: dominante em qual domínio, sobre quem, em que território, por qual mecanismo e durante quanto tempo?

Apêndice C. Matrizes comparativas

C.1 Poder territorial e poder em rede

Dimensão	Poder territorial clássico	Poder em rede	Pergunta de pesquisa
Espaço	Fronteira, ocupação e administração	Nó, corredor e acesso	Quem controla passagem e conexão?
Recurso	Tributo, terra e trabalho	Dados, crédito, padrão e propriedade intelectual	Qual dependência pode ser convertida em pressão?
Agente	Estado e exército	Estado, empresa, banco e organização	Quem decide e quem executa?
Direito	Decreto e tratado desigual	Regulação, contrato e sanção	Qual jurisdição alcança o fluxo?
Resistência	Rebelião e independência	Diversificação, regra alternativa e tecnologia própria	Como o dependente reduz vulnerabilidade?

C.2 Intervenções internacionais

Caso	Base declarada	Coalizão	Resultado imediato	Questão duradoura
Golfo, 1991	Reverter ocupação do Kuwait	Ampla e autorizada pela ONU	Retirada iraquiana	Contenção e presença externa
Kosovo, 1999	Proteger população	OTAN	Retirada de forças sérvias	Legalidade sem autorização expressa
Afganistão, 2001	Autodefesa e contraterrorismo	OTAN e parceiros	Queda do regime	Limites de guerra e reconstrução
Iraque, 2003	Desarmamento alegado	Coalizão restrita	Mudança de regime	Legitimidade e ordem pós-guerra
Líbia, 2011	Proteger civis	OTAN e parceiros árabes	Queda do governo	Mandato, colapso e confiança

C.3 Segurança econômica

Instrumento	Objetivo	Vantagem	Custo ou limite
Sanção financeira	Restringir transação e crédito	Usa centralidade de moeda e bancos	Evasão, custo civil e diversificação
Controle de exportação	Negar tecnologia sensível	Atua em gargalos produtivos	Incentiva substituição doméstica
Subsídio industrial	Atrair produção estratégica	Cria capacidade e emprego	Custo fiscal e disputa comercial
Estoque estratégico	Absorver interrupção	Ganha tempo	Manutenção e obsolescência
Fornecedor alternativo	Reduzir concentração	Aumenta resiliência	Pode elevar custo
Padrão técnico	Organizar mercado	Produz escala e compatibilidade	Exclui modelos rivais

C.4 Soberania digital

Camada	Concentração possível	Poder associado	Estratégia pública
Semicondutor	Projeto, máquinas e fabricação	Negar capacidade computacional	Incentivo, aliança e pesquisa

Camada	Concentração possível	Poder associado	Estratégia pública
Nuvem	Poucos provedores globais	Custódia, escala e continuidade	Portabilidade e regra de dados
Plataforma	Efeitos de rede	Visibilidade, intermediação e mercado	Concorrência e transparência
Cabos e satélites	Rotas e estações	Conectividade e observação	Redundância e proteção
Inteligência artificial	Dados, chips e talento	Automação e produção simbólica	Avaliação de risco e capacidade local

C.5 Clima, energia e justiça

Problema	Escala	Distribuição desigual	Evidência necessária
Emissões	Global e acumulativa	Responsabilidades históricas distintas	Séries por território e consumo
Adaptação	Nacional e local	Vulnerabilidade e receita variam	Risco, orçamento e execução
Minerais	Mina local, cadeia global	Benefício e impacto separados	Contratos, licença e rastreabilidade
Financiamento	Mercado e instituições	Custo de capital desigual	Fluxo prometido e efetivamente pago
Transição laboral	Região produtora	Ganhos nacionais podem concentrar perdas	Emprego, qualificação e proteção social

MÉTODO

Matrizes não substituem narrativa. Elas tornam comparáveis variáveis que devem voltar às fontes, ao contexto e à sequência causal.

Apêndice D. Glossário essencial

Aliança

Acordo pelo qual Estados assumem compromissos de segurança. Pode dissuadir ataques, compartilhar custos e também limitar opções de seus membros.

Algoritmo

Conjunto de regras para processar informação e produzir resultado. Seu poder político depende de dados, objetivos, infraestrutura, auditoria e contexto de uso.

Ampliação

Entrada de novos membros numa organização. Altera fronteiras institucionais, distribuição de votos, obrigações e percepção externa de segurança.

Autonomia por diversificação

Estratégia de reduzir dependência excessiva distribuindo comércio, financiamento, defesa ou tecnologia entre vários parceiros.

BRICS

Agrupamento político de grandes economias não ocidentais, ampliado na década de 2020. Coordena posições selecionadas, mas não elimina diferenças entre seus membros.

Cadeia global de valor

Divisão internacional das etapas de projeto, produção, montagem, logística e venda. O valor e o risco não são distribuídos igualmente.

Cadeia de suprimentos

Rede que leva insumos e produtos entre fornecedores e consumidores. Gargalos podem transformar eficiência em vulnerabilidade.

Centro e periferia

Relação desigual na qual centros concentram decisão, financiamento ou tecnologia, enquanto periferias enfrentam menor poder de negociação. A posição varia por setor.

Coalizão

Coordenação entre atores para objetivo específico. Em geral é mais limitada e flexível do que uma aliança permanente.

Consenso de Washington

Rótulo para recomendações de estabilização, abertura e reforma de mercado difundidas a partir do fim do século XX. Sua aplicação variou amplamente.

Controle de exportação

Regra que restringe venda externa de bem, software ou conhecimento. Torna-se instrumento geopolítico quando incide sobre gargalos tecnológicos.

Dado

Registro que pode ser armazenado e analisado. Valor e risco surgem de escala, qualidade, conexão, finalidade e capacidade computacional.

Desacoplamento

Separação deliberada de relações econômicas ou tecnológicas. Pode ser ampla ou restrita a setores considerados estratégicos.

Desinformação

Conteúdo enganoso difundido de modo intencional. Seu efeito depende de confiança social, arquitetura de plataformas e capacidade institucional.

Deslocamento forçado

Movimento de pessoas compelidas a deixar sua residência por perseguição, conflito, violência ou desastre. Refugiado possui definição jurídica específica e não é sinônimo de todo deslocado.

Efeito Bruxelas

Capacidade de regras da União Europeia influenciarem práticas fora de suas fronteiras porque empresas adaptam produtos ao grande mercado europeu.

Efeito de rede

Situação em que um serviço se torna mais valioso à medida que ganha usuários. Pode favorecer concentração e dificultar entrada de concorrentes.

Esfera de influência

Área na qual uma potência busca limitar escolhas externas de Estados próximos. Não elimina formalmente a soberania, mas condiciona seu exercício.

Estado desenvolvimentista

Estado que coordena crédito, indústria, tecnologia e formação de capacidades. Não é ausência de mercado, e sim uma forma particular de governá-lo.

G20

Fórum de grandes economias, União Europeia e União Africana. Ganhou centralidade após 2008, sem funcionar como governo mundial.

Goeconomia

Uso de comércio, finanças, investimento e tecnologia para objetivos estratégicos; também é o estudo da interação entre riqueza e poder.

Globalização

Intensificação desigual de fluxos de bens, capital, pessoas, informação e normas. Não implica desaparecimento do Estado nem integração uniforme.

Hegemonia

Predomínio sustentado por capacidade material, instituições e aceitação parcial. É mais amplo que coerção direta e sempre enfrenta negociação e resistência.

Império em rede

Conceito analítico para poder exercido por bases, finanças, padrões, empresas e infraestrutura conectada, sem administração colonial contínua de todo o território alcançado.

Infraestrutura crítica

Sistema cuja interrupção compromete funções essenciais, como energia, água, comunicação, pagamentos, transporte ou saúde.

Inteligência artificial

Família de técnicas que produz classificação, previsão ou conteúdo. Poder decorre da combinação de modelos, chips, dados, energia, trabalhadores e instituições.

Interdependência

Dependência recíproca que não precisa ser equilibrada. A parte que controla um nó indispensável pode converter conexão em influência.

Interdependência instrumentalizada

Uso estratégico de redes financeiras, informacionais ou produtivas para observar, restringir ou pressionar atores conectados.

Jurisdição extraterritorial

Aplicação de regra nacional a conduta com elementos fora do território, geralmente baseada em moeda, mercado, nacionalidade ou conexão empresarial.

Justiça climática

Princípio que relaciona clima a responsabilidade histórica, capacidade de pagamento, vulnerabilidade, participação e distribuição dos custos da transição.

Mineral crítico

Material importante para economia ou segurança e sujeito a risco de oferta. A lista varia por país e tecnologia.

Multipolaridade

Distribuição de capacidades entre vários polos. O número de polos depende do domínio observado e não determina sozinho estabilidade.

Nuvem

Infraestrutura remota de computação, armazenamento e software. A escala oferece eficiência, mas pode concentrar dependência em poucos fornecedores.

OMC

Organização Mundial do Comércio, criada em 1995 para administrar acordos e controvérsias comerciais. Seu alcance depende do compromisso de seus membros.

Ordem internacional

Conjunto de regras, instituições, hierarquias e práticas que organiza relações entre atores. Pode combinar cooperação, desigualdade e conflito.

Ordem unipolar

Configuração em que um Estado possui vantagem muito superior em capacidades gerais. Não significa controle absoluto nem ausência de resistência.

Plataforma

Infraestrutura digital que aproxima diferentes grupos, como usuários, anunciantes e vendedores. Regras privadas organizam acesso e visibilidade.

Potência média

Estado sem predominância global que possui recursos para formar coalizões, mediar ou influenciar temas e regiões específicos.

Projeção de poder

Capacidade de atuar além do território próprio por forças, logística, bases, diplomacia, economia ou informação.

Redução de risco

Política de diminuir exposição em setores estratégicos sem romper todas as relações. Difere de desacoplamento completo.

Regime internacional

Princípios, normas e procedimentos que orientam expectativas numa área, como comércio, clima ou não proliferação.

Resiliência

Capacidade de absorver interrupção, adaptar-se e recuperar função. Redundância pode custar mais, mas reduz vulnerabilidade.

Responsabilidade de Proteger

Compromisso político de prevenir atrocidades e proteger populações, priorizando meios pacíficos e ação coletiva conforme a Carta da ONU.

Sanção

Restrição econômica, financeira ou diplomática destinada a alterar comportamento, reduzir capacidade ou sinalizar reprovação. Resultados dependem de desenho e cooperação.

Semicondutor

Componente essencial de dispositivos digitais. A cadeia combina projeto, software, materiais, máquinas e fabricação altamente especializados.

Segurança econômica

Proteção de capacidades produtivas, tecnológicas e financeiras consideradas essenciais. Pode entrar em tensão com eficiência e regras comerciais.

Soft power

Capacidade de obter adesão por atração, legitimidade e exemplo, em vez de pagamento ou coerção direta.

Soberania

Autoridade política sobre território e população, combinada ao reconhecimento externo. Na prática, capacidade varia e pode ser compartilhada.

Soberania digital

Capacidade de decidir sobre dados, infraestrutura e tecnologia sob regras legítimas. Não exige isolamento, mas requer escolha e fiscalização.

Sul global

Categoria política e histórica para sociedades marcadas por colonialismo e desigualdade na ordem mundial. Não é bloco geográfico homogêneo.

Transição energética

Mudança na combinação de fontes, redes, equipamentos e padrões de consumo. É processo técnico, econômico, político e territorial.

União supranacional

Organização na qual membros transferem competências a instituições comuns capazes de produzir decisões vinculantes em áreas definidas.

Apêndice E. Laboratório de fontes e atividades

E.1 Protocolo de leitura em seis perguntas

1. Quem produziu a fonte, em qual função e para qual público?
2. Quando ela foi criada e qual acontecimento imediato procurava explicar ou influenciar?
3. Qual tipo de evidência apresenta: norma, estatística, testemunho, imagem, orçamento ou interpretação?
4. O que a fonte consegue demonstrar e o que permanece fora de seu alcance?
5. Quais categorias e silêncios estruturam a narrativa?
6. Com qual fonte independente a informação pode ser comparada?

E.2 Dez dossiês de pesquisa

Dossiê	Fonte inicial	Fonte de contraste	Produto
Fim da bipolaridade	Discursos de 1991 e resoluções da ONU	Arquivos de Estados pós-soviéticos	Linha do tempo comentada
Maastricht e euro	Tratados e dados da UE	Debates parlamentares e imprensa	Mapa institucional
OMC e China	Protocolo de adesão e comércio	Estudos de emprego e cadeia	Ensaio causal
Kosovo	Resoluções e declarações da OTAN	Relatórios de direitos e diplomacia	Quadro de legalidade
Iraque	Discursos oficiais e inspeções	Inquéritos e arquivos posteriores	Auditoria de argumentos
Crise de 2008	Dados de bancos centrais	Emprego e orçamento social	Gráfico com explicação
BRICS	Declarações de cúpula	Comércio e votações multilaterais	Balanço de convergência
BRI	Projetos e contratos públicos	Avaliações locais e dados de dívida	Estudo de caso
Plataformas	Termos, leis e relatórios	Pesquisa independente e usuários	Diagrama de governança
Clima e minerais	IPCC, IEA e UNFCCC	Licenças, comunidades e cadeias	Matriz de justiça

E.3 Oficina para publicação em blog

Cada capítulo pode originar três formatos autorais. Um artigo panorâmico de 1.200 a 1.800 palavras apresenta tese, cronologia, comparação e conclusão. Um explicador de 700 a 1.000 palavras responde uma pergunta delimitada. Um guia de fontes reúne documentos institucionais acompanhados de contexto, sem copiar textos protegidos.

O fluxo recomendado é: definir a pergunta; selecionar três a cinco evidências; distinguir fato de interpretação; redigir com palavras próprias; inserir links próximos das afirmações; revisar datas e nomes; declarar atualização; creditar imagens separadamente; e registrar correções posteriores. Para mecanismos em curso, indicar a data de corte.

E.4 Questões de revisão

1. Por que 1991 foi uma ruptura sem produzir controle absoluto dos Estados Unidos?
2. Como alianças transformam recursos nacionais em alcance internacional?
3. De que modo a globalização fortaleceu e limitou Estados ao mesmo tempo?
4. Por que o euro combina integração monetária e tensão fiscal?
5. Quais diferenças existem entre hegemonia, império e esfera de influência?

- 6. Por que a entrada chinesa na OMC alterou cadeias produtivas?
- 7. O que os casos de Kosovo, Afeganistão, Iraque e Líbia mostram sobre legitimidade?
- 8. Como a crise de 2008 modificou o lugar do G20?
- 9. Em quais temas o BRICS converge e em quais permanece heterogêneo?
- 10. Por que infraestrutura pode ser simultaneamente desenvolvimento e dependência?
- 11. Como plataformas privadas exercem funções quase públicas?
- 12. Qual é a diferença entre redução de risco e desacoplamento?
- 13. Por que chips e minerais críticos se tornaram temas de segurança?
- 14. Como justiça climática conecta história, financiamento e território?
- 15. O que mudou na segurança europeia entre 2014 e 2024?
- 16. Por que a ordem de 2026 é melhor descrita por domínios do que por um único rótulo?

E.5 Rubrica de autoavaliação

Critério	Inicial	Consistente	Avançado
Pergunta	Ampla ou implícita	Clara e delimitada	Comparável e historicamente situada
Evidência	Uma fonte isolada	Fontes de tipos distintos	Triangulação e limites explícitos
Causalidade	Lista de fatos	Sequência e mecanismo	Alternativas e escala avaliadas
Conceitos	Rótulos sem definição	Definições aplicadas	Conceitos testados e corrigidos
Redação	Resumo descritivo	Tese e parágrafos conectados	Síntese própria, precisa e legível
Referências	Incompletas	Dados básicos e links	Proveniência, data de acesso e licença

Bibliografia comentada

Método, história global e comparação

Marc Bloch. Apologia da história. Introdução clássica ao trabalho do historiador, à crítica e à comparação.

Peter Burke. O que é história cultural? Guia conciso para ampliar objetos, representações e práticas sem abandonar evidência.

John Lewis Gaddis. The Landscape of History. Reflexão acessível sobre causalidade, escala e modelos históricos.

Martha Howell e Walter Prevenier. From Reliable Sources. Manual de crítica documental e construção de inferências.

Ludmilla Jordanova. History in Practice. Discute pesquisa, escrita, ética e usos públicos da história.

Jürgen Kocka. Comparison and Beyond. Texto importante sobre possibilidades e limites da história comparada.

Michel-Rolph Trouillot. Silencing the Past. Examina como poder e silêncio entram na produção da narrativa histórica.

Ordem internacional e unipolaridade

G. John Ikenberry. After Victory. Explica como vencedores criam instituições que limitam e prolongam seu poder.

G. John Ikenberry. Liberal Leviathan. Analisa tensões da ordem liberal liderada pelos Estados Unidos.

Charles Krauthammer. The Unipolar Moment. Formulação influente do momento unipolar, útil como fonte de época e argumento.

William Wohlforth. The Stability of a Unipolar World. Defesa teórica da estabilidade unipolar, que deve ser comparada às críticas.

Stephen Walt. Taming American Power. Estudo dos recursos norte-americanos e das reações que eles provocam.

Carla Norrlof. America's Global Advantage. Relaciona moeda, comércio e segurança à vantagem estrutural dos EUA.

Alexander Cooley e Daniel Nexon. Exit from Hegemony. Interpreta a erosão da ordem liderada pelos EUA por dentro e por fora.

David Lake. Hierarchy in International Relations. Oferece vocabulário para relações de autoridade entre Estados formalmente soberanos.

Globalização, finanças e produção

Susan Strange. The Retreat of the State. Obra pioneira sobre poder estrutural de mercados e finanças.

Saskia Sassen. Territory, Authority, Rights. Reconstrói mudanças de escala sem anunciar simples desaparecimento do Estado.

Manuel Castells. The Rise of the Network Society. Interpretação abrangente da economia informacional e das redes.

Dani Rodrik. The Globalization Paradox. Formula o conflito entre integração profunda, democracia e autonomia nacional.

Richard Baldwin. The Great Convergence. Explica cadeias globais a partir da separação geográfica de etapas produtivas.

Gary Gereffi. Global Value Chains and Development. Reúne pesquisas sobre governança de cadeias e desenvolvimento.

Branko Milanovic. Global Inequality. Distingue desigualdade entre países e dentro deles.

Quinn Slobodian. Globalists. História intelectual de instituições projetadas para proteger mercados de pressões políticas.

Adam Tooze. Crashed. História transnacional da crise de 2008 e de seus desdobramentos.

Paul Blustein. The Chastening: Inside the Crisis That Rocked the Global Financial System and Humbled the IMF. Investigação sobre as crises financeiras dos anos 1990 e a atuação do FMI, útil para comparar diagnóstico institucional e efeitos sociais.

Mark Blyth. Austerity. Analisa origens, argumentos e consequências de políticas de austeridade.

Eric Helleiner. The Status Quo Crisis. Explica reforma e continuidade da governança financeira após 2008.

Carmen Reinhart e Kenneth Rogoff. This Time Is Different. Base histórica extensa sobre crises financeiras, útil com atenção às críticas metodológicas.

Poder em rede, sanções e regulação

Henry Farrell e Abraham Newman. Underground Empire. Mostra como redes globais centradas em nós podem ser convertidas em coerção.

Henry Farrell e Abraham Newman. Weaponized Interdependence. Formula o mecanismo de poder derivado da centralidade em redes.

Daniel W. Drezner, Henry Farrell e Abraham L. Newman, organizadores. *The Uses and Abuses of Weaponized Interdependence*. Coletânea de 2021 que testa aplicações, limites e efeitos não planejados do poder exercido por redes globais.

Anu Bradford. *The Brussels Effect*. Explica por que normas europeias moldam empresas e regras fora da UE.

Anu Bradford. *Digital Empires*. Compara modelos regulatórios digitais de Estados Unidos, China e União Europeia.

Nicholas Mulder. *The Economic Weapon*. História das sanções modernas e de suas ambiguidades.

Daniel Drezner. *The Sanctions Paradox*. Avalia condições que tornam coerção econômica mais ou menos eficaz.

Juan Zarate. *Treasury's War*. Relato sobre a transformação de finanças em instrumento de segurança dos EUA.

Europa e Rússia

Desmond Dinan. *Europe Recast*. Síntese institucional da integração europeia desde 1945.

Mark Gilbert. *European Integration*. História política que destaca escolhas, atores e contingências.

Luuk van Middelaar. *The Passage to Europe*. Interpretação das instituições e da política de crise europeias.

Helen Thompson. *Disorder*. Relaciona energia, economia e tensões políticas europeias.

Mary Elise Sarotte. *Not One Inch*. Pesquisa documental sobre a ampliação da OTAN e a segurança pós-Guerra Fria.

Angela Stent. *Putin's World*. Panorama das relações externas russas e de sua busca por posição global.

Fiona Hill e Clifford Gaddy. *Mr. Putin*. Estudo do sistema político e das ideias que orientam a liderança russa.

Serhii Plokhy. *The Gates of Europe*. História de longa duração da Ucrânia, útil para contextualizar disputas recentes.

Serhii Plokhy. *The Last Empire: The Final Days of the Soviet Union*. Reconstrói a dissolução de 1991 a partir de decisões, repúblicas e conflitos de soberania, evitando tratá-la como simples colapso automático.

Stephen Kotkin. *Armageddon Averted: The Soviet Collapse, 1970-2000*. Síntese interpretativa sobre crise, reforma, desintegração e continuidades institucionais no fim soviético.

Timothy J. Colton. *Russia: What Everyone Needs to Know*. Introdução equilibrada à formação do Estado e da sociedade russos no período pós-soviético.

Serhii Plokhy. *The Russo-Ukrainian War: The Return of History*. História das raízes e da escalada da guerra russo-ucraniana, útil para conectar 2014 e 2022 sem apagar a agência ucraniana.

Tony Judt. *Postwar: A History of Europe Since 1945*. Grande síntese europeia para situar 1989-1991 dentro de transformações políticas, sociais e econômicas mais longas.

China e Ásia

Barry Naughton. *The Chinese Economy*. Referência para reformas, estrutura produtiva e coordenação estatal.

Elizabeth Economy. *The Third Revolution*. Examina centralização política e ambição externa sob Xi Jinping.

Rush Doshi. *The Long Game*. Analisa a estratégia chinesa em relação à ordem liderada pelos EUA.

Yuen Yuen Ang. *How China Escaped the Poverty Trap*. Explica adaptação institucional e desenvolvimento por processos variados.

World Bank. *Belt and Road Economics: Opportunities and Risks of Transport Corridors*. Relatório de 2019 que estima ganhos potenciais de conectividade e também riscos fiscais, sociais e ambientais de corredores da Iniciativa Cinturão e Rota.

Deborah Brautigam. *The Dragon's Gift*. Pesquisa empírica sobre financiamento e projetos chineses na África.

David Shambaugh. *China Goes Global*. Avalia dimensões e limites da presença chinesa internacional.

Odd Arne Westad. *Restless Empire*. História das relações chinesas com o mundo desde o século XVIII.

Intervenções e segurança

Martha Finnemore. *The Purpose of Intervention*. História das normas que tornam certas intervenções concebíveis e legítimas.

Michael Barnett. *Empire of Humanity*. História crítica do humanitarismo organizado.

Roland Paris. *At War's End*. Avalia dilemas da construção da paz e da institucionalização política.

David Chandler. *From Kosovo to Kabul*. Crítica à governança internacional e à tutela pós-conflito.

David Chandler. *Empire in Denial: The Politics of State-Building*. Crítica às formas de tutela e construção estatal que ampliam intervenção externa enquanto deslocam responsabilidade política.

International Commission on Intervention and State Sovereignty. *The Responsibility to Protect*. Relatório de 2001 que formulou a linguagem posteriormente incorporada, de forma parcial e disputada, ao debate das Nações Unidas.

Steve Coll. Directorate S. História documentada da guerra afegã, do Paquistão e das decisões norte-americanas.

Neta C. Crawford. *Pentagon Fuel Use, Climate Change, and the Costs of War*. Estudo do Costs of War Project, de 2019, que conecta operações militares, consumo de combustíveis fósseis e emissões.

Costs of War Project, Brown University. Base de pesquisas sobre custos humanos, fiscais, políticos e ambientais das guerras posteriores a 2001; números devem ser lidos com metodologia e data de atualização.

Neta Crawford. *Accountability for Killing*. Analisa responsabilidade e normas na condução de guerras, sem reduzir a questão à tecnologia.

David Kilcullen. *The Accidental Guerrilla*. Interpretação de insurgência e intervenção, a ser lida criticamente como visão de praticante.

Rajiv Chandrasekaran. *Imperial Life in the Emerald City*. Investigação jornalística sobre a administração da ocupação do Iraque.

Oriente Médio e norte da África

James Gelvin. *The Modern Middle East*. Síntese histórica clara para evitar explicações essencialistas.

Marc Lynch. *The New Arab Wars*. Examina revoltas, rivalidades regionais e guerras internacionalizadas.

Fawaz Gerges. *ISIS: A History*. Contextualiza o grupo em crises estatais e redes regionais, sem tratá-lo como fenômeno isolado.

Fawaz A. Gerges. *Making the Arab World: Nasser, Qutb, and the Clash That Shaped the Middle East*. História de longa duração das relações entre nacionalismo árabe e islamismo, útil para contextualizar crises posteriores.

Rashid Khalidi. *The Hundred Years' War on Palestine*. Narrativa palestina de longa duração, útil em leitura comparada com outras interpretações.

Mehran Kamrava. *The International Politics of the Persian Gulf*. Analisa monarquias, Irã, energia e segurança regional.

Sul global, África e América Latina

Oliver Stuenkel. *Post-Western World*. Estuda instituições e coalizões que expressam redistribuição de poder.

Oliver Stuenkel. *The BRICS and the Future of Global Order*. História institucional do agrupamento, da origem do acrônimo à coordenação política; a segunda edição de 2020 ajuda a distinguir coalizão de bloco homogêneo.

Andrew Cooper. *The G20*. Introdução ao fórum, sua legitimidade e seus limites.

Amitav Acharya. *The End of American World Order*. Defende uma ordem múltipla composta por regiões e instituições sobrepostas.

Frederick Cooper. *Africa Since 1940*. História da descolonização, cidadania e desenvolvimento africanos.

Crawford Young. *The Postcolonial State in Africa*. Análise comparativa das heranças coloniais e das formas estatais.

Carlos Lopes. *Africa in Transformation*. Agenda africana sobre capacidade produtiva e mudança estrutural.

Steven Levitsky e Kenneth Roberts, organizadores. *The Resurgence of the Latin American Left*. Compara governos e coalizões da virada à esquerda.

Tulio Halperín Donghi. *The Contemporary History of Latin America*. Síntese histórica de longa duração que ajuda a situar democratização, crise, reforma econômica e dependência dentro de trajetórias regionais anteriores.

Kevin Gallagher. *The China Triangle*. Examina relações econômicas entre China, Estados Unidos e América Latina.

Barbara Stallings. *Dependency in the Twenty-First Century?* Atualiza o debate sobre financiamento externo e autonomia latino-americana.

Mónica Hirst. *Understanding Brazil-United States Relations*. História da relação bilateral e das estratégias de autonomia.

Tecnologia, clima e energia

Shoshana Zuboff. *The Age of Surveillance Capitalism*. Interpretação influente da extração comportamental, a ser confrontada com estudos empíricos específicos.

Nick Srnicek. Platform Capitalism. Síntese econômica das plataformas e de seus modelos de negócio.

Chris Miller. Chip War. História geopolítica da cadeia de semicondutores.

Kate Crawford. Atlas of AI. Conecta sistemas de inteligência artificial a trabalho, recursos, classificação e poder.

Daniel Yergin. The New Map. Relaciona energia, tecnologia e rivalidade geopolítica.

Gabrielle Hecht. Being Nuclear. Mostra como tecnologia, mineração e classificação nuclear variam historicamente.

Jason W. Moore. Capitalism in the Web of Life. Propõe leitura das relações entre acumulação, trabalho e natureza.

Hal Brands e Michael Beckley. Danger Zone: The Coming Conflict with China. Interpretação deliberadamente argumentativa da competição sino-americana; útil quando contraposta a estudos que enfatizam interdependência e contenção de riscos.

Odd Arne Westad. The Cold War: A World History. Síntese global da competição do século XX, importante para evitar analogias fáceis entre a Guerra Fria e as rivalidades do século XXI.

Stockholm International Peace Research Institute. SIPRI Yearbook 2026: Armaments, Disarmament and International Security. Referência anual para dados e análises sobre gasto militar, armas, conflitos, operações de paz e controle de armamentos.

Vaclav Smil. Energy and Civilization. História de longa duração dos sistemas energéticos, útil para calibrar velocidade e escala.

Fontes digitais, cursos, aulas e documentários sérios

Os links abaixo priorizam organizações internacionais, arquivos públicos, universidades, institutos de pesquisa e produtores documentais com procedimentos editoriais identificáveis. Em temas atuais, confira a data de publicação, a metodologia e eventuais revisões. Um documentário é interpretação audiovisual, não substituto da comparação documental.

Organizações internacionais e documentos

- [Nações Unidas — página institucional](#)
- [Biblioteca Digital das Nações Unidas](#)
- [Conselho de Segurança — resoluções](#)
- [Assembleia Geral — resoluções](#)
- [Tratados das Nações Unidas](#)
- [Operações de Paz das Nações Unidas](#)
- [Arquivo Audiovisual das Nações Unidas](#)
- [ACNUR — dados globais](#)
- [Portal de dados do ACNUR](#)
- [OCHA — coordenação humanitária](#)
- [OCHA — Território Palestino Ocupado](#)
- [ONU — questão da Palestina](#)
- [Organização Internacional para as Migrações](#)
- [Tribunal Internacional de Justiça](#)
- [Tribunal Penal Internacional](#)
- [Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento](#)
- [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#)
- [UNCTAD — estatísticas e relatórios](#)
- [UNCTAD — economia digital](#)
- [União Internacional de Telecomunicações — estatísticas](#)
- [UIT — Facts and Figures 2025](#)

Economia, comércio e finanças

- [Organização Mundial do Comércio — documentos](#)
- [OMC — adesão da China](#)
- [Banco Mundial — dados abertos](#)
- [Banco Mundial — Global Economic Prospects](#)
- [Banco Mundial — Belt and Road Economics](#)
- [Fundo Monetário Internacional — dados](#)
- [FMI — World Economic Outlook](#)
- [FMI — arquivo histórico](#)
- [Banco de Compensações Internacionais](#)
- [OCDE — dados](#)
- [G20 — documentos](#)
- [BRICS Brasil — portal institucional](#)
- [BRICS — países membros](#)
- [Novo Banco de Desenvolvimento](#)
- [Banco Africano de Desenvolvimento — dados](#)
- [Banco Interamericano de Desenvolvimento — publicações](#)
- [CEPALSTAT](#)

Europa, OTAN e espaço pós-soviético

- [União Europeia — tratados](#)
- [União Europeia — ampliação](#)
- [Parlamento Europeu — arquivos](#)
- [EUR-Lex — legislação europeia](#)
- [Banco Central Europeu — estatísticas](#)
- [Eurostat](#)
- [Regulamento Europeu de Inteligência Artificial](#)
- [OTAN — países membros](#)
- [OTAN — textos oficiais](#)
- [OTAN — adesão da Suécia](#)
- [Departamento de Estado dos EUA — New START Treaty](#)
- [Organização para Segurança e Cooperação na Europa](#)
- [Conselho da Europa — tratados](#)
- [Tribunal Europeu de Direitos Humanos — base HUDOC](#)
- [Arquivo Nacional do Reino Unido — pesquisas](#)
- [Wilson Center Digital Archive — Guerra Fria](#)
- [Harvard Ukrainian Research Institute](#)

Estados Unidos e política internacional

- [National Archives dos Estados Unidos](#)
- [Office of the Historian — relações exteriores dos EUA](#)
- [Foreign Relations of the United States](#)
- [Biblioteca do Congresso — coleções digitais](#)
- [Congressional Research Service — relatórios públicos](#)
- [Government Accountability Office](#)
- [Congressional Budget Office — dados](#)
- [Federal Reserve — FRED](#)
- [National Security Archive](#)
- [Miller Center — discursos presidenciais](#)

África, Ásia e América Latina

- [União Africana — documentos](#)
- [Área de Livre Comércio Continental Africana](#)
- [African Union Peace and Security Council](#)
- [South African History Online](#)
- [Comissão Econômica para a África](#)
- [ASEAN — documentos](#)
- [ASEANstats](#)
- [Banco Asiático de Desenvolvimento — dados](#)
- [Ministério das Relações Exteriores do Brasil](#)
- [Fundação Alexandre de Gusmão — publicações](#)
- [Arquivo Histórico do Itamaraty](#)
- [CEPAL — publicações](#)
- [Mercosul — documentos](#)
- [Organização dos Estados Americanos — documentos](#)
- [Latin American Network Information Center](#)
- [Digital National Security Archive — guias](#)

Tecnologia, internet e inteligência artificial

- [Internet Society — história e políticas](#)
- [Internet Archive](#)
- [CERN — nascimento da Web](#)
- [ICANN — arquivos e governança](#)
- [World Wide Web Consortium](#)
- [Stanford AI Index](#)
- [OECD AI Policy Observatory](#)
- [UNESCO — recomendação sobre ética da IA](#)
- [NIST — estrutura de gestão de risco de IA](#)
- [Our World in Data — tecnologia](#)
- [Computer History Museum — coleções](#)
- [IEEE History Center](#)

Clima, energia e recursos

- [IPCC — relatórios](#)
- [UNFCCC — Acordo de Paris](#)
- [UNFCCC — documentos e decisões](#)
- [Agência Internacional de Energia — dados](#)
- [IEA — minerais críticos](#)
- [Agência Internacional de Energia Renovável](#)
- [Global Carbon Project](#)
- [NASA — mudanças climáticas](#)
- [NOAA — clima global](#)
- [World Resources Institute — Climate Watch](#)
- [Banco Mundial — Climate Change Knowledge Portal](#)

Segurança, gastos militares e paz

- [SIPRI — bases de dados](#)
- [SIPRI Yearbook](#)
- SIPRI Yearbook 2026
- [SIPRI — gasto militar mundial em 2025](#)
- [Uppsala Conflict Data Program](#)
- [Correlates of War](#)
- [Peace Research Institute Oslo — dados](#)
- [International Committee of the Red Cross — direito humanitário](#)
- [International Crisis Group — relatórios](#)
- House of Commons Library — conflito Israel/EUA-Irã em 2026
- [Bulletin of the Atomic Scientists — arquivo](#)

Cursos, aulas e coleções audiovisuais

- [Yale Open Courses — história](#)
- [MIT OpenCourseWare — história](#)
- [OpenLearn — história e artes](#)
- [Open Yale — política internacional](#)
- [LSE Public Lectures](#)
- [Gresham College — história](#)
- [United Nations Audiovisual Library of International Law](#)
- [Imperial War Museums — coleções](#)

- [National Film Board of Canada — documentários](#)
- [PBS FRONTLINE — política internacional](#)
- [DW Documentary](#)
- [Al Jazeera English — documentários](#)
- [ARTE — documentários](#)
- [BBC Archive](#)
- [C-SPAN Video Library](#)
- [European Parliament Multimedia Centre](#)

VERIFICAÇÃO DIGITAL

Salve título, instituição, autor quando houver, data, URL e data de acesso. Se uma página mudar, procure o documento original, um identificador persistente ou uma cópia em arquivo institucional.

Roteiro de estudo em oito semanas

Semana	Leitura	Pergunta orientadora	Produto
1	Capítulos 1-2 e cronologia 1991-2001	O que terminou em 1991 e o que sobreviveu?	Linha do tempo de dez marcos
2	Capítulos 3-5	Mercado, aliança e integração produzem qual autoridade?	Comparação EUA-UE
3	Capítulos 6-7	Como Rússia e China responderam à ordem pós-1991?	Dois perfis analíticos
4	Capítulos 8-10	Quando intervenção ganha ou perde legitimidade?	Matriz de quatro casos
5	Capítulos 11-14	Como crises e coalizões alteraram o Sul global?	Mapa de dependências
6	Capítulo 15 e matriz digital	Quem controla as camadas da economia digital?	Diagrama de infraestrutura
7	Capítulos 16-17	Como clima e rivalidade reorganizam a globalização?	Ensaio de 1.200 palavras
8	Apêndices e fontes	Qual modelo explica melhor a ordem de 2026?	Artigo revisado para blog

Checklist final do estudante

- Consigo distinguir império territorial, hegemonia, esfera de influência e poder em rede.
- Consigo localizar pelo menos dez coexistências importantes entre 1991 e 2026.
- Consigo explicar um mecanismo econômico, um militar, um regulatório e um digital.
- Consigo confrontar uma fonte oficial com dado ou interpretação independente.
- Consigo separar simultaneidade, correlação e causalidade.
- Consigo indicar incerteza e data de corte em assuntos atuais.
- Consigo escrever uma síntese própria com referências e licenças adequadas.

Encerramento da coleção principal

Os quatorze volumes acompanharam formas imperiais desde sociedades antigas até a ordem em rede do presente. A comparação revelou continuidades — concentração de recursos, hierarquia, fronteira e resistência — sem apagar diferenças entre tributo, colônia, aliança, finança, regulação e plataforma.

O ponto de chegada não é uma lista definitiva de impérios. É um método para investigar quem controla território, circulação, trabalho, tecnologia e narrativa; quais instituições convertem capacidade em autoridade; como grupos subordinados negociam ou resistem; e por que sistemas aparentemente sólidos se transformam.

Em 2026, nenhum conceito isolado descreve o conjunto. A primazia militar norte-americana, a centralidade industrial chinesa, o poder regulatório europeu, a coerção russa, coalizões do Sul global, empresas de plataforma e instituições universais formam uma arquitetura desigual e mutável. O estudo histórico serve justamente para evitar dois atalhos: imaginar repetição perfeita do passado ou declarar que tudo é inteiramente novo.

SÍNTESE DA COLEÇÃO

Impérios não cabem numa contagem única porque dependem de definição, escala e evidência. Uma linha do tempo mostra coexistências; a comparação mostra mecanismos; fontes sérias permitem revisar conclusões; e a escrita autoral transforma pesquisa em conhecimento público verificável.

Este volume conclui a coleção cronológica principal. A partir daqui, o material pode ser desdobrado em atlas comparativo, caderno de mapas, antologia de fontes comentadas, série de artigos ou curso temático, sempre preservando a indicação de autoria, a bibliografia e a licença específica de cada imagem ou documento externo.